



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

MANOEL MORAIS DA SILVA NETO

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO EM TEMPOS DE CRISE: O CASO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA
2018

MANOEL MORAIS DA SILVA NETO

**TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO EM TEMPOS DE CRISE: O CASO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão em Organizações Aparentes, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gestão/Administração/
Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Emilia Maria da Trindade Prestes.

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva Neto, Manoel Morais da.

Transferências voluntárias da União em tempos de crise:
o caso da Universidade Estadual da Paraíba / Manoel
Morais da Silva Neto. - João Pessoa, 2018.
74 f. : il.

Orientação: Emilia Maria da Trindade Prestes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Gestão Pública. 2. Transferências Voluntárias da
União. 3. Convênios. 4. Universidade Estadual da
Paraíba. 5. Crise Econômica. I. Prestes, Emilia Maria
da Trindade. II. Título.

UFPB/BC

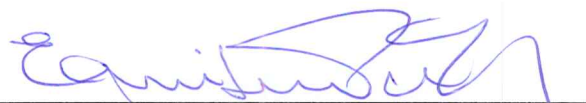
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO EM TEMPOS DE CRISE: O CASO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão em Organizações Aprendentes, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Gestão/Administração/
Administração Pública.

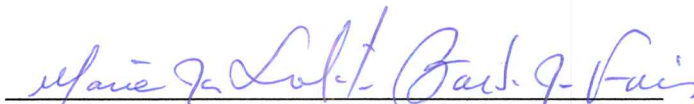
Orientadora: Profa. Dra. Emilia Maria da Trindade Prestes.

Aprovado em: 26/06/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Emilia Maria Da Trindade Prestes
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/MPGOA
Orientadora



Prof. Dra. Maria da Salete Barboza De Farias
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/MPGOA
Examinadora Interna



Prof. Dra. Edineide Jezini Mesquita Araujo
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/ MPPGAV
Examinadora Externa

A Deus, familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ser presença constante em tudo que faço na vida, me dando forças em momentos difíceis do caminho e por conceder o discernimento e equilíbrio necessário para que fosse possível chegar ao fim dessa etapa tão importante na minha formação pessoal e profissional.

Agradeço, também, aos meus pais e familiares por todo suporte e dedicação ao meu desenvolvimento, sem eles seria impossível qualquer conquista em minha vida. Obrigado por todo amor e esforço destinados a mim que fazem com que eu me torne melhor a cada dia.

Essa caminhada sem dúvida foi mais leve e prazerosa graças aos meus queridos amigos de vida e os feitos durante esse percurso. Com eles sou mais forte, mais capaz. Não tenho palavras para agradecer por cada momento de incentivo e pela força que me deram sempre, me estimulando, apoiando em todos os momentos e em cada uma de minhas escolhas. Aqui preciso agradecer especialmente às minhas queridas amigas e companheiras de jornada Larissa e Ludmilla, não sei o que seria de mim se não fosse a presença delas nessa trajetória, mesmo antes do seu início, compartilhando cada momento e cada pequena vitória. Serei sempre grato, essa conquista é nossa! A Leandro, querido amigo que encontrei nessa caminhada, sou grato por todo o suporte dado nesse período que estivemos em João Pessoa.

Imensamente grato sou à professora Emília Prestes, que me acolheu de forma tão gentil e dedicada. Com seu jeito sereno, seu conhecimento acadêmico extraordinário e sua imensa generosidade, me orientou de forma primorosa na execução desse trabalho. Muito obrigado, professora, por todo apoio e paciência a mim dedicados.

Aqui preciso registrar um agradecimento a todos os mestres do MPMGOA que dividiram conosco seus conhecimentos durante essa jornada acadêmica e, sem dúvida, muito nos ensinaram, ampliaram nossos horizontes e contribuíram sobremaneira com o nosso crescimento e aprendizado.

Por todo apoio nas mais diversas situações, por sempre nos tranquilizar, por se dedicarem tanto a cada um de nós durante todo esse período, meu muito obrigado a Miro e Tales. Que sorte a nossa de sempre poder contar com profissionais tão exemplares e dedicados ao próximo, muito obrigado.

“Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.”

(Leonardo da Vinci)

RESUMO

O presente estudo procurou investigar os repasses de recursos da União para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no período 2012-2017. Buscando garantir a efetividade de suas políticas públicas o Governo Federal adotou como medida, a partir de 1988 com sua Constituição cidadã, a descentralização de seus recursos e incluiu em seu orçamento recursos destinados a programas sociais de seus órgãos para que sejam transferidos a os outros entes da federação através de transferências voluntárias, que podem ser classificadas como convênio, termos de cooperação ou contratos de repasse. Através da publicação dos editais desses programas, os gestores interessados podem submeter à análise dos órgãos concedentes da verba, projetos cujo objetivo final esteja alinhado com o propósito de cada programa. Para que esses projetos sejam celebrados e, de fato, se tornem convênios, é necessário que vários requisitos sejam respeitados. Sabendo-se que a educação é umas das áreas estratégicas da sociedade e que a UEPB é umas das principais instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba e da região nordeste, surgiu a necessidade de se investigar e detalhar de forma descritiva os impactos da crise econômica enfrentada pelo país a partir de 2015 sobre as TVUs para esta instituição. Do ponto de vista metodológico, para o alcance de seus objetivos, o estudo realizou uma pesquisa documental e descritiva. Como principal resultado encontrado, destaca-se o impacto negativo da crise econômica do período sobre cenário das TVUs, evidenciando cortes orçamentários, queda de recursos transferidos e até mesmo encolhimento de programas fundamentais como a assistência estudantil, fatores que influenciaram negativamente os repasses desses recursos para a UEPB, apesar da tendência de recuperação a partir de 2016, em consonância com os dados de recuperação econômica do período.

Palavras-Chave: Gestão Pública. Transferências Voluntárias da União. Convênios. Universidade Estadual da Paraíba. Crise Econômica.

ABSTRACT

The present study sought to investigate the transfers of Union resources for the State University of Paraíba (UEPB), in the 2012-2017 period. Seeking to ensure the effectiveness of their public policies the Federal Government adopted as from 1988 with your citizen Constitution, decentralization of resources and included in your budget resources to social programs of its organs to It is transferred to the other Federation ones through voluntary transfers, that can be classified as covenants, terms of cooperation or transfer agreements. Through the publication of notices of these programs, interested managers may refer to the analysis of the budget authority, projects whose ultimate goal is aligned with the purpose of each program. So that these projects are concluded and, in fact, become covenants, it is necessary that several requirements are respected. Knowing that education is one of the strategic areas of the society and that's UEPB one of the main institutions of higher education in the State of Paraíba and in the Northeast region, emerged the need to investigate and detail in descriptive form the impact of the economic crisis faced by the country from 2015 on the TVUs for this institution. From the methodological point of view, to the achievement of its objectives, the study performed a documentary and descriptive research. As a main result found is the negative impact of the economic crisis of the period on scenario of TVUs, budget cuts, decrease in resources transferred and even shrinkage of fundamental assistance programs, factors that influenced negatively the transfers of these features to the UEPB, despite the tendency of recovery from 2016, in line with the economic recovery period.

Keywords: Public Management. Voluntary transfers of Union. Covenants. Universidade Estadual da Paraíba. Economic Crisis

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Resultado Primário Contas Públicas

Gráfico 2- Transferências da educação para Estados e DF

Gráfico 3- Apoio IESs não Federais

Gráfico 4- Concessão de Bolsas no Ensino Superior

Gráfico 5- Fomento Ensino, Pesquisa e Extensão

Gráfico 6 – Assistência Estudantil

Gráfico 7- Captação montante das OBs favorecido por ano

Gráfico 8 – Composição valores globais dos convênios firmados

Gráfico 9- Composição valores globais dos convênios com valores já depositados

Gráfico 10 – Aporte de Contrapartidas do Período

Gráfico 11: Concedentes com alguma parcela já repassada

Gráfico 12: Relação UEPB x Paraíba

Gráfico 13- Natureza das despesas dos recursos destinados

Gráfico 14: Repasses de concedentes por ano

Gráfico 15: Montante total repasses da União por ano

Gráfico 16: Número de convênios firmados por ano

Gráfico 17: Valores captados por ano

Gráfico 18: Captação versus repasse de recursos

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Tela do portal de convênio acesso livre para download de arquivos.

Figura 02 – Tela do portal de convênio acesso livre para informações dos convênios.

Figura 03 – Tela do portal do orçamento federal SIGA Brasil.

Figura 04 – Tela da aba filtros avançados SIGA Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informações de cadastro dos convênios firmados.

Quadro 2- Vigências dos convênios celebrados e com parcela de recursos já repassados.

Quadro 3- Informações financeiras dos convênios firmados.

Quadro 4- Ranking dos 20 primeiros convenientes no período.

Quadro 5- Ranking dos cinco últimos convenientes do período.

Quadro 6- Valores pendentes de repasse por concedente.

Quadro 7- Valores repasse órgãos concedentes à instituições de ensino superior do nordeste.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produto Interno Bruto Brasil.

Tabela 02 – Taxa Desemprego Brasil (%).

Tabela 03 – Valores dos montantes das OBs ano a ano.

Tabela 04 - Número de convênios por concedente.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
FURNE	Fundação Universidade do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
TCU	Tribunal de Contas da União
TVU	Transferências Voluntárias da União

LISTA DE SÍMBOLOS

- R\$** Reais
- %** Porcentagem
- §** Parágrafo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 Federalismo e a Política de Descentralização de Recursos	19
2.2 Transferências Voluntárias da União.	20
2.2.1 Convênios	21
2.2.1.1 Partícipes dos convênios administrativos	22
2.2.1.2 As fases dos convênios administrativos	23
2.2.2 Contratos de Repasse e Termos de Cooperação e Parceria	29
2.3 SICONV	29
3. PERCURSO METODOLÓGICO	31
3.1 Tipologia da Pesquisa	31
3.2 Descrição da Organização Objeto de Estudo	33
3.3 Coleta de Dados.....	34
3.3.1 Do período do estudo.....	34
3.3.2 Coleta de dados no SICONV	34
3.3.3 Coleta de dados no SIGA Brasil – Portal do orçamento Federal	36
3.4 Tratamento e Análise dos Dados	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1 Panorama da Crise Brasileira	40
4.2 Impactos da Crise nas Transferências de Recursos para as IESs não Federais	43
4.2.1 Comportamento das TVUs para os principais programas da educação	45
4.2.2 TVUs para concessão de bolsas para IESs no período	46
4.2.3 TVUs para fomento de ensino, pesquisa e extensão	47
4.2.4 TVUs para assistência estudantil	49
4.2.5 TVUs para as principais IESs da região nordeste.....	51
4.3 TVUs Para Universidade Estadual da Paraíba no Cenário de Crise.....	52
4.3.1 Convênios firmados	52
4.3.2 Representatividades da UEPB no cenário de transferências voluntárias	57
4.3.3 Concedentes	59
4.3.4 Comparativo UEPB e demais universidades nordestinas	60
4.3.5 Destinação dos Recursos por Natureza de Despesa	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	72

1. INTRODUÇÃO

São históricas as diversas necessidades da sociedade brasileira em todos os seus âmbitos, seja na saúde, na educação, segurança pública, esporte, lazer, dentre outros. Buscando intervir nessa realidade a nossa Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, pautada nos preceitos *Welfare State*, o Estado do bem-estar social, no intuito de garantir os direitos básicos da população, previu uma medida de descentralização de seus recursos e incluiu em seu orçamento montantes destinados a programas sociais de seus órgãos para que fossem transferidos a outros entes da federação através de transferências voluntárias. Essas transferências podem ser classificadas como convênio, termos de cooperação ou contratos de repasse, modalidades que serão melhor explicadas ao longo desse estudo.

Através da publicação dos editais desses programas governamentais, os gestores interessados podem submeter à análise dos órgãos concedentes da verba projetos cujo objetivo final esteja alinhado com o propósito do programa.

Para exemplificar, no âmbito das instituições de ensino superior podemos destacar alguns programas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAEST, destinado a ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual. O programa é voltado exclusivamente para as instituições estaduais de educação superior gratuitas, cujas organizações acadêmicas, conforme constante no cadastro e-MEC, corresponda às categorias de universidades ou de centros universitários e que ofertem vagas em seus cursos de graduação presenciais por meio do Sisu - Sistema de Seleção Unificada. Outro programa importante nesse cenário é o Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP que tem por objetivo proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas - IES.

Para que essas propostas sejam celebradas e tornem-se, de fato, convênios, é preciso que vários requisitos sejam respeitados e, após sua celebração, toda a execução e prestação de contas deverão ocorrer de forma clara, transparente, eficaz, eficiente e coerente com os princípios da administração pública.

Sendo a educação umas das áreas que mais possui programas disponibilizados e a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB umas das principais instituições de ensino superior do estado da Paraíba e da região nordeste, surgiu a necessidade de se investigar, por meio de um estudo de caso, a posição dessa universidade nesse cenário das transferências de recursos,

demonstrar a destinação dos recursos captados através de seus projetos e investigar os impactos do cenário de crise econômica do país, iniciado entre os anos de 2014 e 2015, cujos efeitos refletiram em cortes de verbas e suspensão de programas em todas as áreas das transferências de recursos voluntárias da União.

Para se verificar os impactos da crise econômica nas transferências voluntárias de recursos da União para a Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, levantou-se nessa pesquisa algumas informações como a quantidade de convênios firmados no período, entre os anos de 2012 e 2017, o montante efetivamente desembolsado detalhado por concedente, a destinação dos recursos por natureza de despesa, os aportes de contrapartida, dentre outros.

Nesse sentido o presente estudo procura responder ao seguinte questionamento: *como se deram as transferências voluntárias da União para a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, entre os anos de 2012 a 2017, período em que se instaura na história do Brasil uma crise econômica com repercussões nas mais diversas ações do governo?*

Para responder o presente problema de pesquisa, o estudo em tela teve como principais objetivos:

Objetivo Geral

- Analisar os impactos decorrentes da crise econômica, no período de 2012 a 2017, no repasse de recursos das transferências voluntárias da União para Universidade Estadual da Paraíba.

Objetivos Específicos

- Contextualizar o cenário das Transferências Voluntárias da União (TVU`s) na área da educação no Brasil durante o período da pesquisa, entre os anos de 2012 e 2017.
- Caracterizar os recursos transferidos pela União para a Universidade Estadual da Paraíba no período de referência identificando o montante, representatividade na região, origem e a destinação dos mesmos.
- Oferecer aos gestores da Universidade Estadual da Paraíba -UEPB um importante material de informações sobre TVU`s que sirva de subsídio para as suas atividades de planejamento e tomada de decisões.

Como estratégias metodológicas, foram feitos levantamentos para a organização do referencial teórico necessário para embasamento do estudo, pesquisas documentais em banco de dados de convênios do governo federal e ao sistema de informações sobre orçamento público federal – SIGA Brasil, de onde os principais dados foram extraídos, tratados, analisados e culminaram nos resultados desse estudo.

JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O presente estudo justifica-se pela importância de gerar informação sobre às Transferências Voluntárias da União –TVUs, o tema escolhido. Existe pouca produção acadêmica referente às Transferências Voluntárias da União –TVUs, ainda menor é a quantidade de pesquisas que abordam as TVUs para Instituições de Ensino Superior – IESs.

Outro grande fator de importância do presente trabalho é a necessidade de se documentar, por meio de pesquisas científica, um período importante da história do Brasil, que foi a crise econômica iniciada em 2015, que gerou fortes consequências nas mais diversas áreas do governo e cujos impactos são sentidos pela sociedade até os dias atuais. Momentos como esse precisam ser estudados e documentados por meio dos mais diversos ângulos e sob a luz das mais diversas ciências, no caso em questão as ciências sociais aplicadas. Portanto, o estudo também destaca-se por sua atualidade, visto que se trata de um enfoque de um momento histórico bastante recente.

O ineditismo do tema da pesquisa, em que se relaciona as Transferências Voluntárias da União- TVUs com a crise econômica, no ambiente da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, também tem importante peso para o desenvolvimento desse estudo, pois nada foi encontrado de produção científica abordando essa relação.

Além disso, há uma curiosidade pessoal do pesquisador, por fazer parte do corpo técnico de servidores do setor de contrato e convênios da UEPB, em verificar, relacionando seus conhecimentos empíricos com informações mais consistentes através do emprego de um método científico, os possíveis impactos da crise nas TVUs para sua instituição e gerar reflexões e análises sobre os mesmos.

No mais, a pesquisa trata-se de um estudo viável tanto em caráter financeiro, humano e operacional, pois, graças ao princípio da transparência pública, todos os dados coletados estão acessíveis em portais governamentais online e de fácil acesso, é preciso apenas o conhecimento prévio para manuseá-los e extrair as informações da maneira mais adequada.

Por fim, é fundamental que toda pesquisa tenha seu retorno social e, tratando-se de um mestrado profissional, também se faz necessário, que a pesquisa realizada dê um retorno para a organização a qual o pesquisador pertence. Desse modo o estudo aqui realizado tem por objetivo também, gerar um importante material de informação para a Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, servindo não só como um retrato descritivo do momento, mas também como fonte de informação e reflexão para os gestores da organização por meio dos resultados aqui encontrados.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Federalismo e a Política de Descentralização de Recursos

Entende-se por federalismo o sistema político que se opõe ao Estado unitário, em que o poder é central e tem controle total sobre todo país. No modelo federalista existe a divisão de poder entre os demais entes da nação, nele é possível a existências de unidades consideradas autônomas do ponto de vista administrativo, político e financeiro, porém sem soberania, característica privativa da União. No federalismo os interesses da União co-existem com os interesses regionais/locais, respeitando suas necessidades e peculiaridades, sob a égide de uma Constituição.

Logo, podemos entender por federação o conceito de Bastos (1990, p. 145): "A federação é a forma de Estado pela qual se objetiva distribuir o poder, preservando a autonomia dos entes políticos que a compõem.". Podemos destacar o entendimento de Costa:

Estado federal é caracterizado pela co-existência de esferas territoriais autônomas de poder político, sendo que o governo federal é considerado a esfera central e as outras subnacionais. A autonomia dos entes federativos considerados unidades subnacionais, no caso brasileiro os estados e municípios é o fator que diferencia a Federação do Estado Unitário, tem como requisitos a um governo autônomo, estruturas e competências administrativas próprias e autonomia financeira. (COSTA et. al, 2011, p.4)

Anderson (2009) afirma que apesar de apenas 28 países em todo o mundo serem reconhecidos como federações, parte significativa das maiores democracias em extensão territorial se denominam federativas e isso faz com que esse sistema atinja cerca de 40% da população mundial.

No Brasil, a Constituição de 1988, a “Constituição cidadã”, fortaleceu esse sistema político, prevendo em seu texto a autonomia dos Estados e Municípios e a descentralização de poder e recursos para os mesmos, no intuito de que as políticas públicas pautadas no *Welfare State*, o Estado do bem-estar, tenham maior alcance e efetividade, no entanto ainda é possível enxergar desigualdades abissais em nosso território.

Desde o retorno à democracia e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil tornou-se um dos países mais descentralizados do mundo em desenvolvimento no que respeita à distribuição dos impostos, recursos e poder político. Apesar da descentralização financeira, no entanto, os estados e municípios continuaram a pressionar o governo federal por mais recursos para financiar seus projetos. (SOUZA, 2007 apud COSTA et al. 2011, p.4).

O Brasil é um país de proporções continentais, com uma diversidade natural, social e cultural imensa, por isso a importância da autonomia local para agir de acordo com cada realidade, garantindo efetivamente os direitos de todos os cidadãos previstos em sua Carta Magna.

Como dito anteriormente, no federalismo há uma descentralização administrativa, política e financeira (fiscal) para os entes constituintes da União, no caso do Brasil, os Estados e Municípios. A partir da descentralização fiscal, os Estados e Municípios têm autonomia, de acordo com normas constitucionais, para terem uma arrecadação própria com a finalidade de arcar com suas obrigações.

No entanto ainda há uma grande dependência dos Estados e Municípios com relação às transferências oriundas da União, porque tais entes ainda não conseguem desenvolver atividades econômicas em escala suficiente para fortalecer sua autonomia e minimizar essa dependência.

2.2 Transferências Voluntárias da União.

O Ministério da Fazenda entende por transferência voluntária da União “recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do Governo.” (TESOURO NACIONAL, 2015). No mesmo sentido a Lei de Responsabilidade Fiscal afirma que transferência voluntária é “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”.

São três as modalidades de repasse voluntário desses recursos, a saber: convênios, contratos de repasse e termos de parceria. O Tribunal de Contas da União – TCU diz que “as transferências voluntárias realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria constituem um sistema de cooperação entre a União e as entidades governamentais dos demais entes da Federação, além das organizações não-governamentais, para execução de ações de interesse recíproco, financiadas com recursos do orçamento federal” (TCU, 2013).

Esses recursos têm origem no Orçamento Fiscal e na Seguridade Social da União e são inseridos no orçamento geral da União de duas formas (MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

A primeira delas é através de contemplação nominal do Estado, do município ou da OSCIP, por meio da proposta do Executivo ou de emenda ao Orçamento da União por deputado federal ou senador. Ao ser publicada a Lei do Orçamento, já haverá previsão dos recursos para a consecução do objeto proposto na emenda. A liberação do recurso será feita de acordo com o planejamento do Poder Executivo, observadas suas disponibilidades financeiras.

A segunda é chamada de não contemplação explícita, em que o programa orçamentário destina recursos para a região onde se localiza o pretendente e prevê a aplicação dos mesmos por meio de órgão ou entidade estadual, municipal ou organização não governamental. Para que esses recursos sejam repassados aos entes interessados é preciso que uma proposta seja enviada para o órgão detentor do recurso e que, “após análise da viabilidade e da necessidade da execução do objeto”, ela seja aprovada. Outra forma de acesso aos recursos é o órgão concedente detectar uma necessidade de uma determinada localidade e por iniciativa dele contatar um determinado ente para executar um projeto visando o interesse público e o bem estar social.

2.2.1 Convênios

A palavra convênio vem do latim *convenium* que significa consonância, conformidade, pacto, acordo, combinação, concórdia e tem a mesma origem do termo *convenire* que “significa o acordo entre duas ou mais pessoas” (MARRMARCO, 2008 apud SZKLAROWSKY, 1997). Nesse sentido podemos entender o convênio como sendo um acordo entre partes para execução de uma atividade de interesse comum.

Do ponto de vista legal a Constituição brasileira no seu artigo 241 relativo aos convênios administrativos prevê o seguinte:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 132).

Já o Decreto Federal nº 6.170, de 25 de Julho de 2007, define convênio como sendo:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - convênio - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou

entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. (BRASIL, 2007, p.1)

O Tribunal de Contas da União em seu manual sobre convênios e outros repasses (TCU, 2013) entende que:

o convênio é acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros dos Orçamentos da União visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, e tenha como partícipes, de um lado, órgão da administração pública federal direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e, de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2013, p. 17)

O doutrinador Hely Lopes Meirelles (2001, p.377) versa sobre o assunto e afirma que os convênios do ponto de vista administrativo são “acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum aos partícipes”.

2.2.1.1 Partícipes dos convênios administrativos

Podemos distinguir as partes de um convênio administrativo como concedentes e convenientes. De uma forma simples entendemos que os concedentes são os órgãos da esfera federal detentores do recurso e que, visando algum bem comum para sociedade, transfere essa verba de forma voluntária para entes de outras esferas que tenham esse interesse comum. Os entes que recebem esses recursos são chamados de convenientes e grande parte dos doutrinadores tem entendido que tais entes podem também ser de esfera privada. Sobre isso podemos citar Nogueira (apud MEIRELLES, 2008) que entende serem os convênios administrativos “acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas organizações e particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes”.

A Instrução normativa STN nº 1, de 15.01.1997 em seu Art. 1º, § 1º conceitua os dois principais participantes de convênios administrativos da seguinte maneira:

II - concedente - órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela

transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio;

III - conveniente - órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio; (BRASIL, 1997, p.1)

2.2.1.2 As fases dos convênios administrativos

a) Proposição

Diversos são os programas sociais disponibilizados pelos órgãos concedentes aos convenientes a fim de atender uma demanda social através da transferência voluntária de recurso. Por esse motivo os interessados devem estar constantemente atualizados em relação a tais programas e seus editais. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, art. 43, §5º a divulgação de tais programas devem acontecer da seguinte forma:

O Poder Executivo, para fins de aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização de recursos da União transferidos voluntariamente a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas, disponibilizará na internet:

- I. Exigências, padrões, procedimentos, critérios de elegibilidade, estatísticas e outros elementos que possam auxiliar a avaliação das necessidades locais;
- II. Formulários e procedimentos necessários às várias etapas do processo de transferência, especialmente na prestação de contas; e
- III. Tipologias e padrões de custo unitário detalhados de forma a orientar a celebração dos convênios e ajustes similares. (BRASIL, 2007, p.1)

Já a Portaria nº 127/2008, art. 4º estabelece que os programas deverão ser disponibilizados também no Portal de Convênios até 60 dias após sanção da Lei Orçamentária Anual.

O conveniente em potencial para propor sua participação em determinado programa deve elaborar uma proposta de trabalho que deverá estar em sintonia com os objetivos do programa proposto pelo detentor do recurso. Segundo o manual do Tribunal de Contas da União (2014) a proposta de trabalho deve atender a algumas exigências mínimas que serão tratadas a seguir.

A proposta deve explicitar de forma clara as razões que justifiquem a celebração do instrumento, ser capaz de demonstrar os interesses recíprocos da proponente e do concedente, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados.

É preciso que o objeto a ser executado pela proposta esteja descrito de forma completa. Entende-se por objeto o produto fim do convênio, contrato de repasse ou termo de parceria, observados o programa de trabalho e as suas finalidades.

As metas da proposta devem ser descritas de forma qualitativa e quantitativa, e fases ou etapas para sua devida execução devem ser definidas. É entendido por meta a parcela quantificável do objeto e por fase ou etapa a divisão existente na execução de uma meta.

Na proposta ainda deve constar a previsão de prazo para a execução do objeto juntamente com um cronograma de execução das atividades, um cronograma de desembolso de recursos e um plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e da contrapartida financeira do proponente, explicitando a destinação desses recursos.

Ainda como exigência para uma proposta de trabalho está a necessidade de envio de informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para a execução do objeto, a fim de se comprovar que o proponente é de fato capaz de cumprir com o objeto de sua proposta.

Nessa fase de proposta o Tribunal de Contas da União –TCU aponta as principais falhas encontradas e responsáveis pela reprovação das mesmas, a saber:

- Plano de trabalho pouco detalhado;
- Metas insuficientemente descritas, quantitativa e qualitativamente;
- Caracterização insuficiente da situação de carência dos recursos;
- Projeto básico incompleto e/ou com informações insuficientes;
- Ausência de projeto básico;
- Falta de comprovação da existência de contrapartida (orçamentária e financeira);
- Orçamento subestimado ou superestimado;

É de fundamental importância atentar para essas informações, pois uma proposta bem elaborada, coerente, concisa e clara é, sem dúvida, indicação de grandes chances de aprovação e posterior transferência do recurso, bem como, de um projeto de fácil execução.

b) Celebração/Formalização

Ainda segundo manual de convênios do Tribunal de Contas da União (2014) para que a proposta aprovada seja celebrada entre as partes e o recurso almejado seja transferido,

diversas são as exigências formais estabelecidas pelas leis de responsabilidade fiscal, diretrizes orçamentárias e legislação federal, que devem ser respeitadas e serão tratadas a seguir.

O proponente deve enviar suas prestações de contas do exercício anterior para o Poder Executivo Federal, nos prazos previstos, para consolidação nacional e por esfera de governo. Os Estados devem encaminhar suas contas até 31 de maio e os municípios, até 30 de abril de cada ano, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado. Além disso, um relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre. Outra publicação exigida é a do relatório de gestão fiscal, que deve ser feita em até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre. O TCU aponta que é facultado aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes optar por divulgar o relatório de gestão fiscal semestralmente, até 30 dias após o encerramento do semestre.

Outro ponto a ser observado são os limites de gastos com pessoal, verificados ao final de cada quadrimestre, se eles forem ultrapassados e não havendo redução no prazo estabelecido, o ente da Federação não poderá receber transferências voluntárias da União enquanto a situação persistir.

Do ponto de vista fiscal, o proponente deve demonstrar regulamentação e arrecadação de todos os tributos previstos nos artigos 155 e 156 da Constituição Federal além de estar em pontualidade com os pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União.

É preciso também que o convenente em potencial esteja em situação de adimplência com a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos pela União e que ele cumpra os limites constitucionais de aplicação de recursos em saúde e educação.

O proponente deve observar os limites das dívidas consolidadas e mobiliárias, das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em restos a pagar e da despesa total com pessoal visto que a não observância desse ponto tornará, o Estado, o Distrito Federal ou o município impedido de receber transferências voluntárias, por exemplo, se a respectiva dívida consolidada ultrapassar o limite que a ela corresponde ao final de um quadrimestre. Da mesma forma, assim ocorrerá, uma vez vencido o prazo para retorno da dívida a seu limite, até o término dos três quadrimestres subsequentes, e enquanto perdurar o excesso.

É necessário também estabelecer previsão orçamentária de contrapartida compatível com a capacidade financeira do convenente e de acordo com seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a qual poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, ou de bens/serviços, se economicamente mensuráveis.

Uma série de comprovações de situação regular é exigida para que uma proposta seja celebrada, são elas:

- Regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) demonstrando inexistência de pendências pecuniárias por parte do proponente;
- Regularidade Previdenciária (CRP) e a comprovação de regularidade quanto ao depósito das parcelas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Regularidade do certificado emitido pelo Cadastro de Inadimplentes do Conselho Nacional de Justiça (Cedin).

Além disso, o proponente deve manter atualizado o cadastro do conveniente ou contratado no portal de convênios do governo federal –SICONV e disponibilizar as informações relativas à sua gestão fiscal em meio eletrônico com acesso público, primando sempre pelo princípio da transparência.

Ainda é possível listar outras exigências contidas no manual de convênios do Tribunal de Contas da União –TCU para que ocorra a formalização/celebração de uma proposta aprovada:

- Aprovação do plano de trabalho contido na proposta enviada;
- Em casos de convênios que tenham em seu objeto obras, serviços ou instalações que prescindam de estudos ambientais, é necessário a obtenção de licença ambiental prévia;
- Convênios que tenham em seu objeto execução de obras ou benfeitorias em imóvel devem comprovar o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou da ocupação regular de imóvel;
- Comprovação de que as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas limitam-se, no ano anterior, a 3% (três por cento) da receita corrente líquida do exercício ou que as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes não excederem a 3% (três por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios;
- O proponente não deve realizar operações de crédito com infração ao disposto no art. 33 da LC 101/2000 – A Lei de Responsabilidade Fiscal;
- É preciso que os dados no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) sejam registrados no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde.

É de suma importância lembrar que além dos requisitos citados acima, cada órgão concedente poderá ter as suas próprias exigências e peculiaridades explicitadas nos editais dos seus programas. Por isso, os proponentes interessados devem também atender a essas demandas em seus projetos, a fim de obter êxito na celebração de sua proposta ao concedente.

c) Execução

Celebrado e publicado, o convênio está pronto para iniciar sua execução. Nessa etapa tudo o que foi planejado será posto em prática e deverá seguir estritamente o que foi previsto no plano de trabalho aprovado e respeitar as exigências do programa ao qual a proposta foi submetida. É na etapa de execução que o convênio firmado começa a impactar o seu meio social e trazer os benefícios por ele propostos em seu objeto. É possível classificar a etapa de execução em: execução financeira e execução física.

Execução Financeira

O primeiro passo para executar financeiramente um convênio é a abertura da conta corrente do mesmo, pois, será a partir dela que ocorrerá o repasse do recurso transferido pela União. Essa conta será de uso exclusivo de movimentações financeiras do convênio e possui algumas regras como o impedimento de débitos referente à despesas que não estejam previstas em plano de trabalho previamente aprovados. A conta deverá ser aberta em bancos estatais a exemplo do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Após a abertura da conta será possível a transferência do recurso do órgão concedente bem como o depósito da contrapartida do convenente. Com os recursos em conta, os pagamentos poderão ser executados e devem seguir os procedimentos de empenho, liquidação da despesa e o pagamento propriamente dito.

Atualmente, após a implantação da OBTV (Ordem Bancária de Transferências Voluntárias) o pagamento de despesas pode ser feito diretamente no Siconv, graças a uma integração com o Siafi federal.

Execução Física

É na execução física onde serão feitas as licitações e os contratos com terceiros. Todos os recursos advindos de transferências voluntárias da União devem respeitar os princípios básicos da administração pública e ter transparência e lisura durante todas as etapas do processo.

Execução física e execução financeira devem caminhar em perfeita sintonia a fim de encontrar o maior controle, eficiência e eficácia na execução dos convênios e, conseqüentemente, da gestão dos recursos transferidos.

d) Prestação de Contas

Para que o ciclo de execução de um convênio seja finalizado é necessária que uma última etapa seja realizada, a prestação de contas. Ainda segundo o Manual do Tribunal de Contas da União (2014), Todo órgão ou entidade que receber recursos públicos federais por meio de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação no prazo máximo de sessenta dias contados do término da vigência do instrumento firmado, ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência, ou conforme estipulado no instrumento de celebração.

Além de todas as informações prestadas no portal SICONV durante a execução do convênio, será necessária a apresentação da seguinte lista de documentos:

- Notas e comprovantes fiscais contendo: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, posição de dados do convênio, programa e número do convênio;
- Relatório de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo convênio;
- Relatório de cumprimento do objeto;
- Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o convênio, o contrato de repasse ou o termo de parceria;
- Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, ou relação de treinados ou capacitados, ou dos serviços prestados, conforme o caso;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- Termo de compromisso por meio do qual o convênio ou contratado se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio, ao contrato de repasse ou ao

termo de parceria pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovada a prestação de contas.

O Tribunal de Contas da União ressalta ainda o papel fundamental da prestação de contas à Sociedade, principal beneficiária e interessada em todo esse processo.

2.2.2 Contratos de Repasse e Termos de Cooperação e Parceria

A portaria interministerial nº 507 define em seu artigo primeiro, parágrafo segundo que contrato de repasse é o “instrumento administrativo por meio do qual transferência dos recursos financeiros processa-se por intermédio de instituição o agente financeiro público federal, atuando como mandatária da União”.

No mesmo dispositivo legal são encontradas as definições de Termos de Cooperação e Parceria, a saber: termo de cooperação é “o instrumento por meio do qual é ajustada transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.” e termo de parceria o instrumento jurídico previsto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para transferência de recursos para organizações sociais de interesse público.

2.3 SICONV

O decreto Lei nº 6.170/2007 instituiu o sistema de gestão de convênios e contratos de repasse, o SICONV, que posteriormente foi regulamentado pelas portarias interministeriais nº127/2008, nº507/2011 e a nº 424/2016. Ele é o sistema que em que todas as ações previstas para as transferências de recursos da União são executadas e onde todas as informações são registradas e encontradas.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, em material de elaboração própria intitulado “Curso Elaboração de Projetos Sociais e SICONV”, informa que são sete as diretrizes do referido sistema, são elas:

- Ênfase na transparência à sociedade;
- Redução do custo operacional;
- Automação de todo o ciclo de vida das transferências;
- Facilidades para fiscalização e controle;
- Simplificação/agilização de procedimentos;

- Suporte à padronização;
- Interoperabilidade com os demais sistemas estruturadores.

O sistema de gestão de convênios foi desenvolvido em software livre, plataforma web e é encontrado em endereço eletrônico (<http://portal.convenios.gov.br>). É nesse ambiente que os órgãos concedentes e convenentes realizam as ações referentes às transferências voluntárias da união.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esse capítulo busca demonstrar os caminhos metodológicos percorridos para o alcance da efetividade do presente estudo. Destaca, portanto, os procedimentos utilizados como meios para atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, tendo em vista que o delineamento da pesquisa resultou na escolha de um plano específico, o qual conduziu a investigação. Assim, aborda algumas questões relacionadas diretamente com o delineamento da pesquisa, seu objeto de estudo, o tipo de coleta e a abordagem utilizada para tratamento dos dados.

3.1 Tipologia da Pesquisa

Longaray *et al* (2003) classifica as tipologias de delineamento de pesquisa em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Seguindo a tipologia proposta por tais autores, pode-se afirmar que, quanto aos objetivos, este estudo pode ser classificado como uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. “A caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada” (LONGARAY *et al*, 2003, p. 80). O estudo sobre a Universidade Estadual da Paraíba- UEPB pode ser enquadrado nesta classificação, uma vez que pouco estudo sistematizado sobre as transferências voluntárias da União para tal organização foi, até o presente momento, realizado e ou publicado, segundo levantamentos efetivados em bancos de dados da CAPES.

A pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (LONGARAY *et al*, 2003, p. 80).

O presente estudo pode ser também tipificado como uma pesquisa do tipo descritiva porque “tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis” (LONGARAY *et al*, 2003, p. 81).

Os referidos autores destacam ainda que “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles” (LONGARAY *et al*, 2003, p. 81).

Quanto aos procedimentos, é cabível destacar que se trata de um estudo de caso. “A pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado em um único caso [...] o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em apreender a totalidade de uma situação” (LONGARAY *et al*, 2003, p. 84). Desta forma, quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo de caso, uma vez que toda a investigação limita-se à realidade da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Acevedo e Nohara (2006, p.50) explicam que a pesquisa de estudo de caso caracteriza-se pela “análise em profundidade de um objeto ou grupo de objetos, que podem ser indivíduos ou organizações. O estudo de caso como estratégia de pesquisa é um método que compreende o planejamento, as técnicas de coleta de dados e as abordagens de análise dos dados”.

Além de um estudo de caso, quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se também como bibliográfica e documental indireta.

Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. A pesquisa bibliográfica, segundo esclarecem os autores, “é desenvolvida mediante material já elaborado” (LONGARAY *et al*, 2003, p. 87). Os autores citados defendem a obrigatoriedade da pesquisa bibliográfica, pela sua natureza teórica, “haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente”. (LONGARAY *et al*, 2003, p. 86).

Para Vergara (2006), pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Barros e Lehfeld (2007), por sua vez, lembram que é relevante levantar e selecionar conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, Internet, videotecas etc.

Já a pesquisa documental, para Vergara (2006) e Barros e Lehfeld (2007), é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes etc. Martins (2004) destaca que este tipo de pesquisa objetiva coletar elementos relevantes para o estudo em geral ou para a realização de um trabalho em particular, sendo largamente utilizada nas Ciências Sociais, na investigação histórica, buscando comparar e descrever fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser categorizada como descritiva, por se utilizar de descrição de bibliografia específica e documentos que permitem ao pesquisador explorar o conteúdo das informações relacionadas com a investigação do objeto.

3.2 Descrição da Organização Objeto de Estudo

A Universidade Estadual da Paraíba – UEPB foi originada da antiga Fundação Universidade do Nordeste – FURNE, fundada em 11 de Outubro de 1987, através da Lei nº 4.977/87, sancionada pelo então Governador Tarcísio Burity. Após diversas mudanças estruturais e vários anos de desenvolvimento, apenas em 01 de novembro de 1996 que a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB foi, de fato, reconhecida pelo ministério da educação.

Em 06 de Agosto de 2004, a UEPB dá um importante passo na sua jornada de crescimento, o então governador Cássio Cunha Lima sanciona a Lei nº 7.643/04 que concedia à essa instituição sua autonomia financeira. Tal fato resultou em um desenvolvimento e expansão expressivos e trouxe inúmeros benefícios para a instituição e para a sociedade do Estado da Paraíba.

Atualmente a UEPB está disseminada por todo Estado em seus oito *campi* (Campina Grande, Lagoa Seca, João Pessoa, Guarabira, Catolé do Rocha, Monteiro, Araruna, Patos), tem um corpo discente formado por 18.519 (dezoito mil, quinhentos e dezenove) alunos e um docente de 1.349 professores que atuam em seus aproximadamente 100 cursos de graduação e de pós-graduação, além das diversas atividades de pesquisa e extensão que logram inúmeros benefícios para toda população.

A estrutura de gestão da instituição é formada pela Reitoria, onze pró-reitorias (cultura; ensino médio, técnico e educação a distância; estudantil; extensão; gestão administrativa; gestão de pessoas; gestão financeira; graduação; infraestrutura; planejamento e orçamento; pós-graduação e pesquisa.

O setor de contratos e convênios, departamento responsável pela gestão dos recursos transferidos pela União, é subordinado à pró-reitoria de gestão administrativa e tem contato permanente com as pró-reitorias de finanças e planejamento. O setor atualmente tem em seu quadro dez servidores efetivos, dentre eles um professor doutor com experiência na área de gestão pública, uma advogada, uma contadora e três administradores, tal estrutura permite uma visão multidisciplinar das atividades desenvolvidas, o que torna o setor mais eficiente e eficaz.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados para a presente pesquisa foi feita em dois grandes bancos de dados do governo federal, a saber: o acesso livre no portal de convênios do governo federal (<http://portal.convenios.gov.br/>), atualizados até o dia 10/11/2017; e o SIGA Brasil – portal do orçamento federal, disponível em (<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>).

Alguns dados complementares foram extraídos em documentos e ferramentas de controle e gestão do próprio setor de contratos e convênios da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

As informações analisadas por esse estudo são de convênios operados exclusivamente via SICONV, assinados no período entre os anos de 2012 e 2017, dos quais foi retirada toda a base de dados capaz de gerar as mais diversas informações presentes nesse estudo e que serão pilares dos resultados apresentados neste trabalho.

3.3.1 Do período do estudo

O corte temporal entre os anos de 2012 e 2017 foi escolhido, porque foi a partir do exercício de 2012 que começaram a ser efetivamente implantadas na economia brasileira as ações da Nova Matriz Econômica (NME), fato que é visto por diversos estudos e especialistas da áreas em gestão pública como sendo um dos pontos gatilho responsáveis da crise gerada posteriormente.

3.3.2 Coleta de dados no SICONV

Para dar início a pesquisa documental, primeiramente foi necessário acessar o portal de convênios do governo federal, o SICONV, para fazer o *download* do arquivo base desse estudo. Diariamente em seu acesso livre, no endereço eletrônico (<http://portal.convenios.gov.br/download-de-dados>) é disponibilizado um arquivo *backup* chamado de SICONV CSVs, atualizado, contendo as principais informações de todos os convênios e suas movimentações atualizadas.

Figura 01 – Tela do portal de convênio acesso livre para download de arquivos.

The screenshot shows the 'Portal de Convênios' interface. At the top, there is a blue header with navigation links: 'Ir para o conteúdo', 'Ir para o menu', 'Ir para a busca', and 'Ir para o rodapé'. On the right side of the header, there are links for 'ACESSIBILIDADE', 'ALTO CONTRASTE', and 'MAPA DO SITE'. Below the header, the main title 'Portal de Convênios' is displayed, along with the subtitle 'MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO'. A search bar is located on the right side of the header. Below the header, there is a navigation menu with links: 'Sobre o Portal', 'Perguntas Frequentes', 'Dados abertos', and 'Contato'. The main content area is titled 'Download de Dados' and contains the following text: 'Publicado: Sexta, 04 de Março de 2018, 09h58 | Última atualização em Quarta, 18 de Maio de 2018, 15h48 | Acessos: 63547'. Below this, there is a description: 'O SICONV disponibiliza acesso livre às informações de Transferências Voluntárias da União com o objetivo de facilitar o acesso aos dados do sistema para a sociedade e a outras esferas de Governo. O usuário poderá baixar as principais informações de Convênios para realizar análises e cruzamentos que desejar a partir desses dados. Aqui estão disponibilizados diariamente para download arquivos em formato aberto (CSV). Data da extração dos dados: 01/06/2018 02:50:55'. A list of available programs is provided: 'Programas Disponibilizados', 'Programas/Propostas', 'Propostas Cadasstradas', 'Convênios', 'Emendas Parlamentares', 'Plano de Aplicação Detalhado', 'Empenhos Realizados', 'Desembolsos (Ordem Bancária)', and 'Pacamentos a Favorecidos'. On the left side, there is a sidebar menu with links: 'ACESSO AOS SISTEMAS', 'Acesso ao SICONV - Produção', 'Acesso ao SICONV - Treinamento', 'Acesso Livre', 'Cadastro Propponente', 'Aplicativo "As diferentes"', 'Banco de Projetos', 'Sistema de Gestão da Rede Siconv', and 'ASSUNTOS GERAIS'.

Fonte: Pesquisa Documental (2018)

O arquivo gerado e disponibilizado no endereço citado acima é bastante extenso, mas foi por meio dele que foi possível extrair a amostra desse estudo. Nele é possível encontrar todos os convênios de cada conveniente no país inteiro, suas respectivas datas de assinatura, vigência, valores globais, de repasse e contrapartida, situação de cada convênio, valores repassados e a repassar, detalhamento por concedentes e vários outros dados passíveis de análise e capazes de gerar as mais diversas informações.

Com o arquivo disponibilizado, foi feito um filtro por proponente “Universidade Estadual da Paraíba” e seu respectivo CNPJ “12.671.814/0001-37”, em seguida um novo filtro excluindo todas as propostas que não se tornaram convênios, por não atenderem às exigências do TCU ou do órgão concedente (matéria já tratada por esse estudo no seu tópico 2.2.1.2 b), foi aplicado. Por esse caminho foi possível extrair da base todos os convênios nos quais a UEPB é ou foi conveniente desde a implantação do SICONV como ferramenta de gestão de convênios federais.

O próximo passo foi aplicar mais um filtro levando em consideração o período de investigação escolhido para a amostra, ou seja, os convênios assinados entre os anos de 2012 e 2017. Nesse momento foi encontrado o grupo de 39 (trinta e nove) instrumentos de repasse que serviu de análise para a presente pesquisa.

Com o grupo amostral em mãos, se deu início a um novo momento da pesquisa, em que se fez necessário detalhar cada convênio por meio de seus objetos, planos de trabalho detalhados e consolidados, movimentações financeiras e extratos bancários. Para tanto cada convênio foi acessado individualmente por meio do acesso livre “Consultar convênio/pré-

convênio” e os dados foram colhidos em suas respectivas abas como ilustrado na Figura 02 a seguir. Algumas informações, porém, só puderam ser extraídas por meio do “acesso produção”, nesse caso, *login* e senha são necessários para o acesso, a exemplo dos extratos bancários dos convênios.

Figura 02 – Tela do portal de convênio acesso livre para informações dos convênios.

The screenshot displays the SICONV portal interface. At the top, there is a navigation menu with options like 'Cadastro Entidade', 'Programas', 'Propostas', 'Convênios', 'Execução', 'Acomp. e Fiscalização', and 'Verificação de Regularidade'. The main content area is titled 'Consultar Pré-Convênio/Convênio' and shows details for a specific agreement. The data fields are as follows:

Modalidade	Convênio	Situação no SIAFI	Enviado para o SIAFI - 2013N5001529
Situação de Contratação Atual	Normal		
Situação	Prestação de Contas em Análise		
	Empenhado	sim	Publicação Publicado
Número do Convênio	774955/2012	Número da Proposta	028468/2012
Número Interno do Órgão	00028/2012		
Número do Processo	23000.007895/2012-51		

Below the data fields, there is a section for 'Lista de Documentos Digitalizados' with a table showing document details:

Nome Arquivo	Data Upload
UEPB - CONV. 028-2012 - TERMO DE CONVÊNIO.pdf	22/05/2015

Additional information includes the Proponente (CNPJ 12.671.814/0001-37 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA) and the Órgão (26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO).

Fonte: Pesquisa Documental (2018)

Os dados coletados individualmente de cada convênio, foram alimentando o banco de dados específico da corrente pesquisa, consolidados e a partir deles foi possível gerar e estratificar as principais informações contidas no estudo. Por exemplo:

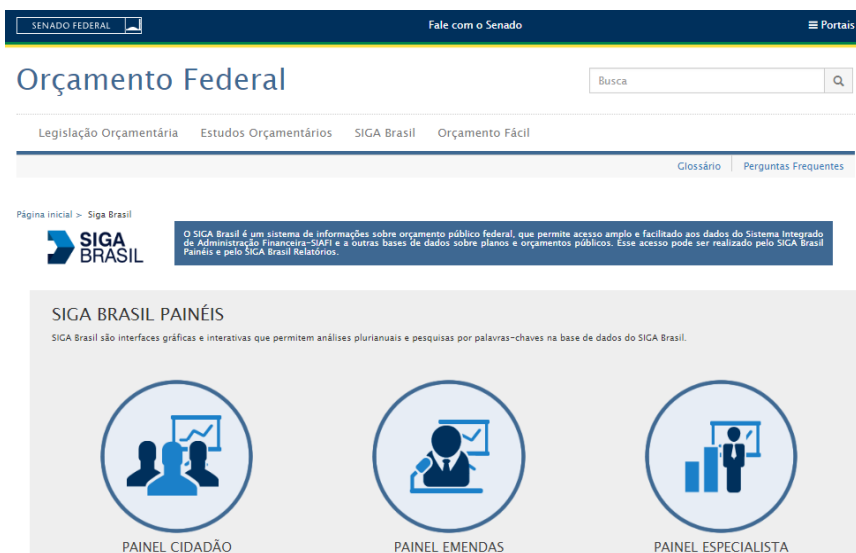
- os montantes captados pela Universidade Estadual da Paraíba;
- valores repassados para UEPB no período e ano a ano;
- detalhamento de repasses por concedente;
- aportes de contrapartida no período;
- destinação dos recursos por natureza de despesa;
- número de convênios firmados.

3.3.3 Coleta de dados no SIGA Brasil – Portal do orçamento Federal

Para que fosse possível contextualizar as informações do estudo diante do ambiente macro e realizar possíveis ligações com o cenário de crise, foi imprescindível a busca dos dados orçamentários da União. Para tanto foram necessários diversos acessos ao sistema de

informações sobre o orçamento público federal, o SIGA Brasil, encontrado no endereço eletrônico (<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>).

Figura 03 – Tela do portal do orçamento federal SIGA Brasil



Fonte: Pesquisa Documental (2018)

De acordo com definição encontrada no portal o SIGA é um sistema de informações que permite um “acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira- SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Esse acesso pode ser realizado pelo SIGA Brasil Painéis e pelo SIGA Brasil Relatórios.” (BRASIL, 2018). Para maior detalhamento e riqueza de informações, os dados colhidos por essa pesquisa foram extraídos por meio do “painel especialista”.

No painel especialista o principal caminho utilizado para a obtenção de dados foi a aba “filtros avançados”. Nela pudemos aplicar filtros específicos relacionados a:

- modalidade de aplicação de recurso, código 30, denominado “Transferências a Estados e ao Distrito Federal”;
- região ou localidade (norte, nordeste, sul, Paraíba, etc)
- função, área de destinação do recurso (educação, saúde, segurança pública);
- programa/ação governamental (educação superior, assistência estudantil, programa de bolsas, dentre outros).

Lançando mão da aplicação de filtros específicos como os citados acima, o sistema faz um *output* (saída de dados) com os montantes orçamentários previstos, empenhados, pagos, inscritos em restos a pagar ou de restos a pagar pago no período, ano a ano, de acordo com a solicitação realizada.

Figura 04 – Tela da aba filtros avançados SIGA Brasil.

Fonte: Pesquisa Documental (2018)

Por meio do SIGA foi possível, por exemplo, encontrar informações como o montante repassado ano a ano pela União através de todos os seus concedentes para as principais instituições de ensino superior – IESs do nordeste. Ou a relação dos valores orçamentários autorizados e pagos no período para o programa de assistência estudantil em IESs no Brasil e até mesmo os valores repassados para ensino pesquisa e extensão pelos concedentes da Educação por meio de transferência voluntárias da União – TVUs. Tais informações foram de suma importância para que se tornasse possível fazer uma ligação entre o cenário macro das transferências voluntárias, o contexto de crise vivenciado durante o período em estudo e os dados específicos encontrados por meio da pesquisa documental da amostra.

3.4 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados encontrados foram revisados e tratados à luz de uma análise descritiva. A abordagem descritiva foi baseada na interpretação de vários conceitos a partir das leituras realizadas sobre as diversas abordagens teóricas que tratam da gestão pública e mais especificamente das transferências voluntárias da União

Os dados extraídos dos bancos de dados foram exportados para o Microsoft Office Excel, e tratados por meio de filtros e fórmulas simples, sem que fosse gerado qualquer

rebuscamento estatístico, no intuito de consolidá-los, encontrar as informações relevantes para o estudo, bem como gerar gráficos e tabelas capazes de ilustrar os pontos mais importantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama da Crise Brasileira

Para se falar de crise, devemos, primeiramente, entender o seu conceito. Por definição no dicionário Aurélio, crise pode ser entendida como uma conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo, ou também, como um embaraço na marcha regular dos negócios. O termo crise atualmente é usado nas mais diversas áreas do conhecimento como na política, para se referir a um momento de rupturas ou incertezas. Na área da saúde esse termo se aplica quando, por exemplo, um indivíduo ingressa em um contexto de desequilíbrio do seu organismo ou de suas faculdades mentais e em tantas outras áreas.

Dentro do contexto da presente pesquisa o conceito de crise econômica é o que será utilizado, mas o que se entende por crise econômica? É possível entender por crise econômica uma situação em que acontece uma situação de escassez de recursos e/ou quando há quedas acentuadas de indicadores econômico, financeiros ou fiscais, como o PIB (Produto Interno Bruto) que é a soma de todas as riquezas produzidas por uma economia, ou o índice inflação, a taxa de câmbio, a taxa de desemprego, dentre outros.

Nos últimos anos, muito se tem falado e noticiado que o Brasil enfrentou um período de crise econômica, alguns pesquisadores denominam o período como o período de maior contração de renda da sua história, Rossi & Melo (2017) em seu estudo sobre a corrente crise brasileira e seu “choque recessivo” afirma que “O Brasil está atravessando a maior contração da renda de sua história. O país enfrentou outros episódios recessivos ao longo do século XX, mas nenhum com tamanha gravidade quando se considera a contração do PIB”. (Rossi & Melo, 2017, p.1)

De fato, se forem analisados os principais indicadores econômicos do país essa informação pode ser confirmada. A tabela 01, por exemplo, mostra o comportamento do produto interno bruto brasileiro nos últimos dez anos. Nela é possível observar que desde 2014 o Brasil teve seu crescimento interrompido e entrou em um contexto de desaceleração econômica, nos anos de 2015 (pior momento da série histórica de dez anos) e 2016 o país mergulha em um cenário de recessão econômica, já em 2017 a PIB ensaia uma leve recuperação.

Tabela 01 – Produto Interno Bruto Brasil

ANO	Produto Interno Bruto (PIB)
2008	5,1
2009	-0,1
2010	7,5
2011	4,0
2012	1,9
2013	3,0
2014	0,5
2015	-3,8
2016	-3,6
2017	1,0

Fonte: IBGE – Pesquisa documental (2018)

A taxa de desemprego constitui um outro fator de marcação de crise, ao analisá-la, encontramos outro forte indício de que o Brasil passou por uma crise econômica. Um dos efeitos imediatos da recessão foi o corte das vagas no mercado de trabalho nos mais diversos setores da economia e isso pode ser visto claramente na Tabela 02 –Taxa de desemprego dos últimos cinco anos. Mesmo com uma leve recuperação na economia no ano de 2017, esse fato ainda não foi suficiente para recuperar as contratações.

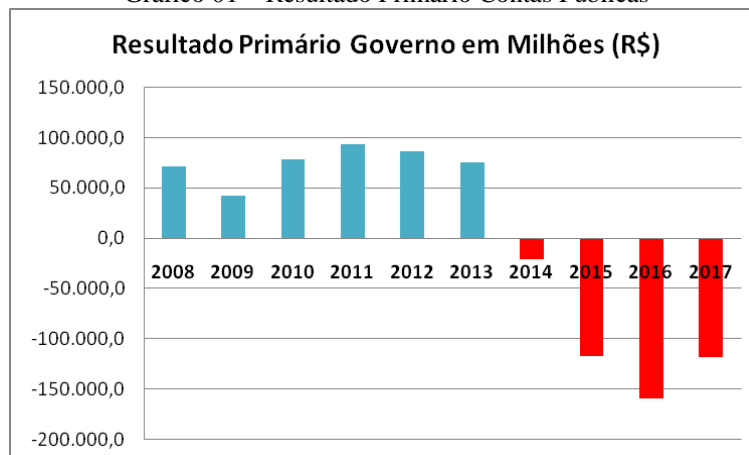
Tabela 02 – Taxa Desemprego Brasil (%)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
2013	7,2	7,7	8	7,8	7,6	7,4	7,3	7,1	6,9	6,7	6,5	6,2	7,20
2014	6,4	6,8	7,2	7,1	7	6,8	6,9	6,9	6,8	6,6	6,5	6,5	6,79
2015	6,8	7,4	7,9	8	8,1	8,3	8,6	8,7	8,9	9	9	9	8,31
2016	9,5	10,2	10,9	11,2	11,2	11,3	11,6	11,8	11,8	11,8	11,9	12	11,27
2017	12,6	13,2	13,7	13,6	13,3	13	12,8	12,6	12,4	12,2	12	11,8	12,77

Fonte: PNAD/IBGE – Pesquisa documental (2018)

Além do agravamento de indicadores tão importantes para a aferição da saúde econômica de uma nação, o Brasil entrou em descompasso na sua situação fiscal, não conseguindo equilibrar receitas e gastos, aumentando ano após ano o déficit das contas públicas. Desde 2014 o Governo Federal não conseguiu chegar a um valor positivo, e em 2016, para se ter uma idéia, o rombo ultrapassou os 150 bilhões de reais de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Gráfico 01 – Resultado Primário Contas Públicas



Fonte: Tesouro Nacional – Pesquisa documental (2018)

Com a casa em desordem econômica e fiscal, as principais agências de controle de risco de investimento rebaixaram a nota do Brasil, o que indicou que o risco de se investir no país é alto, acarretando na fuga dos investidores. Diversos foram os meios de comunicação que veicularam esse tipo de notícia. Em manchete “Moody's tira grau de investimento do Brasil”, o portal G1.com afirma:

Em nota, a Moody's afirma que o corte da nota foi influenciado pela maior deterioração das métricas de crédito do Brasil, em um ambiente de baixo crescimento, com expectativa de que a dívida do governo ultrapasse 80% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos três anos. (PORTAL G1, 2016)

O que muito se especula e procura-se entender é o motivo pelo qual o Brasil chegou a esse colapso econômico depois de uma série histórica de bons resultados e avanços econômicos e sociais. A resposta mais comumente encontrada é a de que a partir de 2012 o Governo Federal instituiu a Nova Matriz Econômica (NME) um conjunto de ações voltadas para um maior participação e controle do Estado na economia. Barbosa Filho (2017) em seu primoroso estudo sobre a crise econômica instalada no Brasil entre 2014 e 2017 afirma que:

A profundidade da atual recessão é o resultado de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Os diversos dos choques de oferta e de demanda que atingiram a economia brasileira foram ocasionados por erros de política econômica cometidos principalmente no período em que foram adotadas políticas que formaram a “Nova Matriz Econômica” (NME). (BARBOSA FILHO, 2017, p.52)

Aos poucos a nova matriz econômica (NME), segundo o referido autor, resultou em uma redução da produtividade econômica, gerando um choque de oferta na economia. Esse fato aliado aos “choques de demanda” listados pelo pesquisador como o esgotamento da

NME, a crise de sustentabilidade da dívida pública e a correção do populismo tarifário geraram o ambiente ideal para a derrocada da economia. Nesse último fator podemos citar o caso da Petrobrás, que submetida a um controle dos preços de combustível, acumulou diversas perdas financeiras, o autor diz:

O controle de preços de combustíveis afetou a Petrobras que vendia gasolina no mercado doméstico a um preço inferior ao que comprava no mercado internacional. Essa política resultou em perdas superiores a R\$ 50 bilhões, reduzindo de forma substancial o caixa da empresa. (BARBOSA FILHO,2017,p.54)

Não é possível deixar de destacar nesse momento que, nos últimos dias do mês de Maio e início de Junho de 2018, o Brasil assistiu a mais um capítulo de sua crise, por meio da deflagração de uma greve nacional dos caminhoneiros autônomos, que paralisou o país e foi capaz de gerar conseqüências em praticamente todos os setores da economia. Tal manifestação se deu justamente por causa de medidas adotadas pelo governo em exercício que aboliu a política de controle de preços na estatal e fez com que o valor do litro do óleo Diesel disparasse nas bombas dos postos de gasolina, impactando direto não só na atividade dos mesmos, mas em todo setor produtivo, visto que é sabido que o modal de transporte predominante no nosso país é o terrestre.

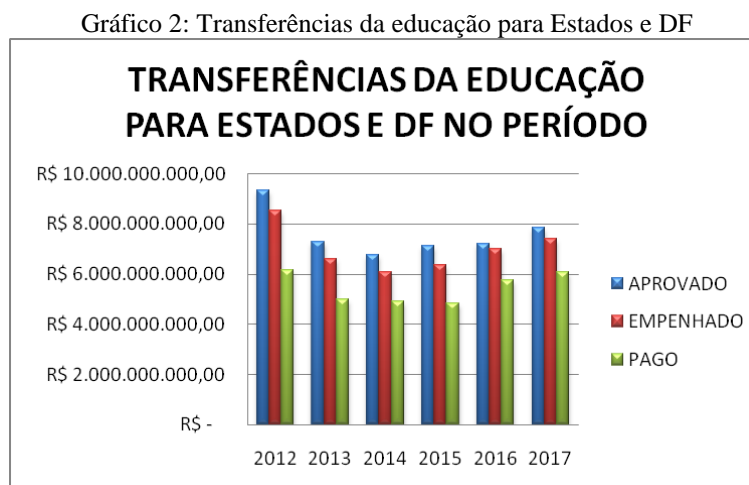
4.2 Impactos da Crise nas Transferências de Recursos para as IESs não Federais

Para conseguir entender melhor os dados encontrados sobre as Transferências Voluntárias da União –TVUs no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB dentro do corte temporal da presente pesquisa, e correlacioná-los com o contexto macro em que estão inseridos , se fez necessário coletar dados das TVUs no cenário nacional.

No gráfico 02 – Transferências da educação para Estados e DF no período, podemos visualizar o montantes orçamentários aprovados, empenhados e pagos para todos os programas e ações governamentais voltados para a área da educação no período entre 2012 e 2017 na modalidade de transferências de recursos para tais entes da Federação.

O primeiro ponto que merece destaque é que entre os exercícios de 2012 e 2014 é possível observar um corte real de orçamento da Educação para tranferência de recursos para esses entes. Nesse período mencionado houve uma diminuição de aproximadamente 27,84% do valor total aprovado no orçamento da educação, que passou de R\$ 9.347.176.578,53 (nove bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e setenta e

oito reais e cinquenta e três centavos) para R\$ 6.744.721.131,72 (seis bilhões, setecentos e quarenta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e trinta e um reais e setenta e dois centavos) no ano de 2014, como ilustrado no gráfico abaixo.



Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

A partir no ano de 2015 uma leve recuperação do orçamento aprovado é observada e essa tendência é mantida até o ano de 2017, quando atinge o valor de R\$ 7.864.475.793,94 (sete bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos), alta de cerca de 16,60% em relação ao seu pior ano (2014), porém, aproximadamente, 1,5 bilhões de reais menor que o seu melhor patamar em 2012.

Se observarmos o Gráfico 2, vemos que o comportamento dos valores empenhados pela educação na modalidade de TVUs para Estados e DF, é bem similar ao dos montantes aprovados. Entre os anos de 2012 e 2014 também há uma queda no volume de empenhos, cerca de 28,77%, chegando ao valor de R\$ 6.076.512.385,52 (seis bilhões, setenta e seis milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) em 2014.

Assim como no orçamento aprovado, em 2015, também, existe uma leve recuperação dos valores empenhados para a área de educação e em 2017 o montante atinge a marca de R\$ 7.420.289.426,77 (sete bilhões, quatrocentos e vinte milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), recuperando-se em aproximadamente 22,11% quando comparado ao seu pior desempenho, no exercício de 2014.

Ainda observando o Gráfico 2, o que se verifica no movimento dos montantes empenhados e pagos dentro do exercício, ou seja, os valores efetivamente transferidos pela Educação para os Estados e o Distrito Federal, é um período maior de queda no volume pago.

Essa tendência de queda é mantida até o ano de 2015, quando atinge o seu pior desempenho com o valor de R\$ 4.824.633.445,41 (quatro bilhões, oitocentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos), quantia 21,68% a menor que seu melhor desempenho no período em 2012.

Porém, a partir do exercício de 2016 também é possível observar um comportamento de recuperação nas TVUs na área de educação para os entes Estados e DF, tendo uma importante alta já no ano de 2016, aproximadamente 19,41% maior que o ano anterior (2015) e consolidando esse crescimento no exercício de 2017, com mais uma alta de cerca de 5,44%, chegando ao montante de R\$ 6.075.193.465,39 (seis bilhões, setenta e cinco milhões, cento e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais e trinta e nove centavos).

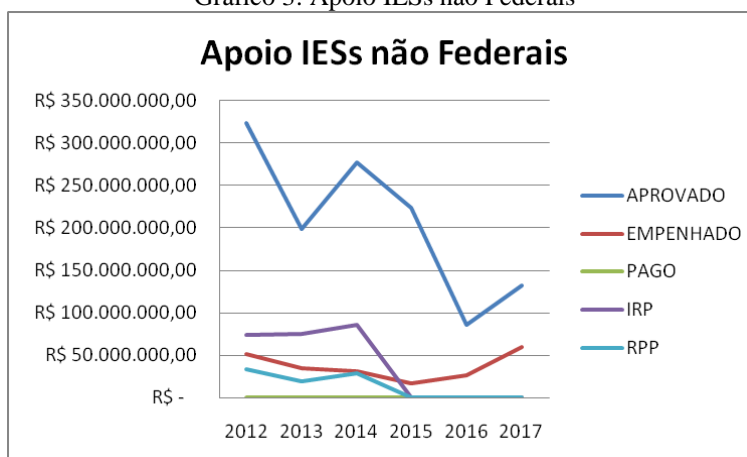
4.2.1 Comportamento das TVUs para os principais programas da educação

Buscando encontrar uma intimidade ainda maior entre os dados encontrados por esse estudo, foi necessário extratificá-los ainda mais e investigar o comportamentos dos programas e ações mais relacionadas às atividades da Universidade Estadual da Paraíba e das instituições de ensino superior – IESs não federais.

Para tanto, novos filtros foram aplicados já dentro dos valores totais da área de educação como um todo. Esses filtros corresponderam às atividades de maior importância e representatividade no contexto das Transferências Voluntárias da União para esse tipo de conveniente. A seguir será feita uma análise descritiva de tais programas e ações durante o período da pesquisa no orçamento federal.

Quando levamos em consideração, por exemplo, apenas as transferências de recursos para as ações da educação no apoio às Entidades de Ensino Superior não Federais, é possível constatar que o orçamento federal para esse determinado fim sofreu forte queda, com leves recuperações em 2014 e 2017, porém sem conseguir atingir os patamares do início da amostra em 2012. Em 2017, por exemplo, o montante aprovado para essa ação governamental foi de R\$ 132.087.880,00 (cento e trinta e dois milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais) um corte de aproximadamente de 59,11% se comparado ao ano de 2012.

Gráfico 3: Apoio IESs não Federais



Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

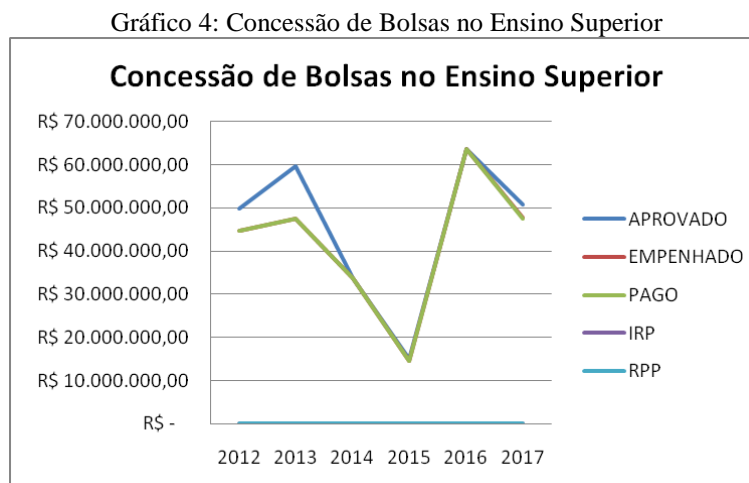
Do ponto de vista dos montantes empenhados, ou seja, a parte do orçamento efetivamente comprometida para repasse, existe uma tendência de queda entre os anos de 2012 e 2015, ano em que chegou ao seu menor patamar R\$ 16.531.548,91 (dezesesseis milhões, quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos), nos anos seguintes a tendência se inverteu e houve um crescimento do montante empenhado, atingindo o seu melhor valor da série estudada no ano de 2017. Um fato interessante observado nessa categoria de repasses foi o descolamento entre os valores orçamentários aprovados e o que efetivamente se empenhou durante o período, o que sugere pouca eficiência na gestão dos recursos destinados a esse fim.

Durante o corte temporal pesquisado os repasses (pagamentos) efetuados para os entes em questão sempre foram feitos em exercício posterior ao do seu empenho, ou seja, foram inscritos em restos a pagar e repassados em ano subsequente. Nesse ponto, o que se constatou é que existiram repasses no período até o ano de 2014, a partir de 2015 nada mais com essa destinação foi repassado para as Entidades de Ensino Superior não Federais. Desde 2015 apenas foram empenhados recursos para esse fim, porém sequer foram inscritos em restos a pagar ou efetivamente pagos.

4.2.2 TVUs para concessão de bolsas para IESs no período

Outra ação que tem impacto significativo para as IESs é a concessão de bolsas no ensino superior. Ao analisar, no gráfico 4, a referida ação dentro de período da pesquisa, é possível constatar que os montantes do orçamento aprovados, empenhados e pagos dentro do exercício, seguiram todos uma mesma tendência a cada ano. Podemos observar uma queda acentuada de todos os valores no ano de 2015.

Por exemplo, se comparado ao ano de 2012, início do período em estudo, o valor total repassado (pago) pela União foi de aproximadamente 67,53%, quando atinge R\$ 14.502.372,50 (quatorze milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), o menor valor da série em estudo.



Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

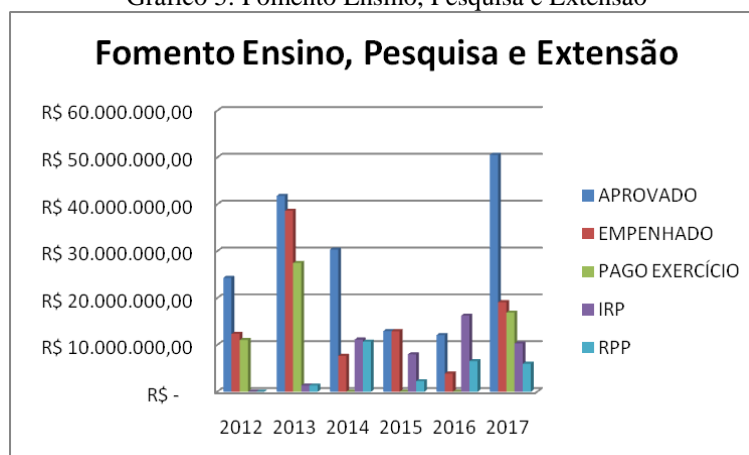
Em 2016 os valores relacionados a essa ação tiveram forte recuperação e alcançaram o melhor nível no período em tela com o montante de R\$ 63.548.623,21 (sessenta e três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte e um centavo) autorizados no orçamento, empenhados e efetivamente repassados em quase sua totalidade para as IESs dos Estados e DF. Nesse momento é importante destacar a excelente execução dessa ação orçamentária, tendo em vista que o orçamento foi utilizado praticamente em sua totalidade, garantindo uma gestão eficiente dos recursos da União.

No exercício de 2017 aconteceu um recuo no crescimento dos recursos destinados e repassados para esse tipo de ação orçamentária e a série encerrou com queda de cerca de 25,18 pontos percentuais abaixo do seu melhor ano, 2016. Os valores inscritos em restos a pagar e restos a pagar pagos em exercícios posteriores foram tão ínfimos que não puderam ser representados graficamente.

4.2.3 TVUs para fomento de ensino, pesquisa e extensão

Uma ação orçamentária que é de suma importância para as Instituições de Ensino Superior – IESs, encontrada na modalidade de Transferências para Estados e Distrito federal, é a de fomento do ensino, pesquisa e extensão. Parte importante das atividades desenvolvidas dentro das IESs são financiadas por recursos transferidos através dessa ação.

Gráfico 5: Fomento Ensino, Pesquisa e Extensão



Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

No gráfico 5 fica bem perceptível o baixíssimo nível de recursos aprovados e empenhados nos exercícios de 2015 e 2016. Em 2015, por exemplo, houve o menor repasse registrado em todo o período analisado, um valor de apenas R\$ 2.243.699,85 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), valor pago de restos a pagar de exercícios anteriores. Para se ter uma noção do quanto esse montante foi reduzido, no melhor ano da série (2013) foi pago dentro do exercício R\$ 27.483.774,81 (vinte e sete milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos) e efetuados os pagamentos de restos a pagar no valor de R\$ 1.331.467,46 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

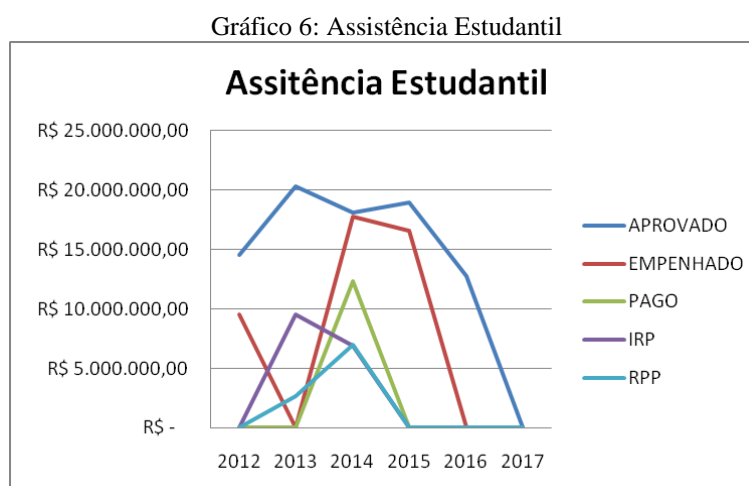
Importante observar que entre 2014 e 2016 nada do que se empenhou foi pago dentro do mesmo exercício, os baixos valores repassados nesse corte temporal foram todos referentes apenas a restos a pagar de exercícios anteriores.

A partir de 2016 iniciou-se uma retomada no crescimento do repasse desses recursos e em 2017, além dos pagamentos de restos a pagar, as transferências referentes ao próprio exercício voltam a aparecer e atingem o segundo melhor momento de toda série com o valor de R\$ 16.881.019,88 (dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil e dezenove reais e oitenta e oito centavos).

Relevante destacar o montante do orçamento aprovado com essa finalidade no ano de 2017, exercício que teve a maior disponibilidade de recursos dentro de todo período da pesquisa, com cerca de 50,5 milhões de reais, porém, foi empenhado menos da metade desse valor, aproximadamente 19 milhões de reais, uma execução orçamentária inferior a 38% do montante disponível.

4.2.4 TVUs para assistência estudantil

Diante das principais ações orçamentárias pesquisadas a assistência estudantil é a que vai mais impactar no estudante de baixa renda, que precisa do suporte da instituição para desempenhar suas atividades, seja por meio de concessão de bolsas, residência universitária, refeições no restaurante universitário, etc.



Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

Ao analisarmos o Gráfico 6, observamos que a União apenas repassou recursos para as IESs dos Estados e do Distrito Federal por meio dessa ação nos anos de 2013 e 2014. Em 2013 o repasse foi feito por meio de restos a pagar do exercício anterior, no valor de R\$ 2.606.000,00 (dois milhões, seiscentos e seis mil reais). No exercício 2014 o montante de R\$ 12.330.000,00 (doze milhões, trezentos e trinta mil reais) foi pago oriundo de empenho do mesmo ano, e R\$ 6.950.203,00 (seis milhões, novecentos e cinquenta mil, duzentos e três reais) referente a restos a pagar.

A partir de 2015 o quadro se agrava ainda mais, apesar de serem disponibilizados quase 19 milhões de reais e, desses, empenhados cerca de 16,5 milhões, nada foi repassado, seja por meio de restos a pagar, seja por despesa do exercício, sequer houve inscrição em restos a pagar do montante empenhado no ano. Em 2016 ainda foram aprovados R\$ 12.750.000,00 (doze milhões, setecentos e cinquenta mil reais), porém nada foi empenhado ou repassado. No ano de 2017 o pior cenário aconteceu, nenhum recurso foi aprovado no orçamento para ação orçamentária e conseqüentemente, nada foi empenhado e pago.

Prestes & Sousa Junior (2017), quando em seu trabalho se referiram ao conjunto de medidas aprovadas pelo atual governo Federal, juntamente com o congresso nacional, para conter os gastos públicos no afã de conseguir sair da crise econômica instaurada ponderaram que:

O que passou, de forma quase imediata, foi o contingenciamento das verbas direcionadas para os diversos programas de Ciência e Tecnologia, sobretudo aquelas destinadas aos programas de fomento à internacionalização, extensão e assistência estudantil. Nesse pacote, os órgãos de fomentos (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) reduziram bolsas de estudos e financiamentos de projetos de pesquisa, enquanto as universidades federais viram-se obrigadas a coatar suas despesas de custeio e capital. (PRESTES & SOUSA JUNIOR, 2017, p.180)

É exatamente esse quadro que podemos enxergar nos números apresentados até então por essa pesquisa, o que mais se pôde encontrar nesse percurso foram cortes de orçamento e diminuições drásticas de repasses de recursos da educação, exatamente nos tipos de ação e programas citados pelos autores acima em sua recente pesquisa.

Ainda nesse sentido de confronto dos dados até aqui apresentado com outros estudos realizados, podemos trazer a pesquisa realizada por Mancebo (2017), que investigou os impactos da recente crise político-econômica sobre as Instituições de Ensino Superior no Brasil. A autora em um dado momento de sua pesquisa afirma que as IESs atualmente se encontram afetadas pela recessão econômica e os cortes orçamentários sistemáticos realizados pelo governo. E que após um período de expansão e grandes investimentos realizados pelo governo anterior, através do programa REUNI, por exemplo, as IESs agora estão precisando se adaptar à atual realidade e criar estratégias para continuar desenvolvendo suas atividades mesmo com um cenário tão adverso e os efeitos disso são difíceis de reparar e capazes de culminar inclusive em evasão escolar.

A estratégia mais imediatamente observada é a dos cortes de verbas de manutenção e renovação das instituições, abandonando a infraestrutura física dos *campi*. Todavia, as dificuldades não se esgotam aí. Outro movimento de acomodação à atual conjuntura, já perceptível em algumas IES públicas, refere-se a certo enxugamento de suas funções, priorizando o ensino, em detrimento das demais atividades que lhes são próprias. Por seu turno, o ensino — muitas vezes aligeirado, voltado às exigências de mercado ou ainda mediante o uso do EAD — nem sempre se encontra adaptado às necessidades dos novos estudantes que adentraram à universidade pública, criando sérios problemas de evasão. (MANCEBO, 2017, p.885)

Os cortes do orçamento da educação no período de enfretamento da crise foram também amplamente difundidos pela imprensa nacional. Segue recorte de matéria veiculada há época pelo Jornal Estadão com a manchete “No ano do lema ‘Pátria Educadora’, MEC perde R\$ 10,5 bi, ou 10% do orçamento”.

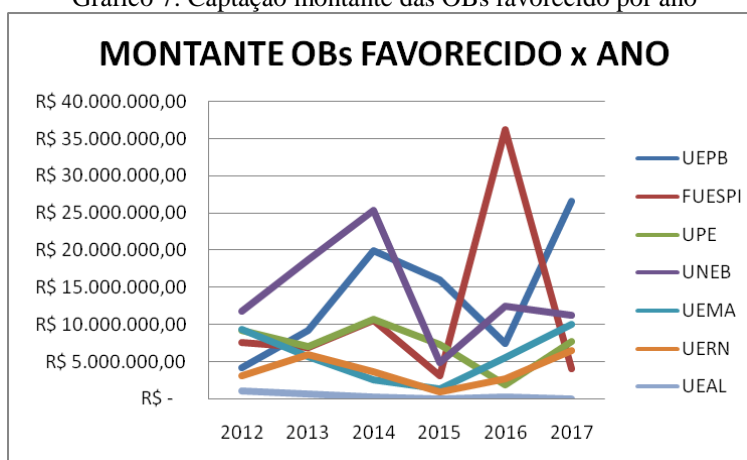
O Ministério da Educação (MEC) perdeu R\$ 10,5 bilhões, ou 10% do orçamento, em 2015, ano em que a presidente Dilma Rousseff escolheu o slogan “Pátria

Educadora” como lema de seu segundo mandato. Cortes em programas, pagamentos atrasados e trocas de ministros marcaram o ano da pasta. (ESTADÃO, 2016)

4.2.5 TVUs para as principais IESs da região nordeste

Procurando ainda dar uma maior consistência nos resultados encontrados no presente estudo, buscou-se também encontrar no SIGA Brasil os dados referentes aos repasses de recursos da União para as demais Instituições de Ensino Superior da região nordeste, ano a ano, a fim de verificar se os cortes orçamentários e interrupções de transferências geraram consequências aos pares da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB na região.

Gráfico 7: Captação montante das OBs favorecido por ano



Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

O gráfico 07 - Captação montante das OBs favorecido por ano ilustrou o valor total das ordens bancárias a cada ano para algumas das IESs do nordeste. Muito importante destacar aqui que esse montante é composto por todas as transferências da União, por meio de todos seus concedentes de todas as áreas e através de todos os seus instrumentos de repasse, não apenas os operados via SICONV. Por esse motivo, o somatório dos valores repassados a cada ano, encontrados no gráfico, são maiores que os encontrados quando levamos em consideração apenas os convênios operados via SICONV, que é o caso da amostra do presente estudo. No entanto, ainda assim, é de suma importância que esses dados sejam explicitados, a fim de que seja possível descrever melhor os possíveis impactos da crise sobre Universidade Estadual da Paraíba –UEPB e o sobre grupo do qual ela faz parte.

O que se percebe no gráfico em análise é que até o ano de 2014 as instituições de ensino superior no nordeste receberam um bom nível de repasses da União e boa parte delas atingiu seu melhor momento no ano de 2014, inclusive a UEPB, fato esse comprovado tanto

por meio do SIGA Brasil, quanto quando levados em consideração os convênios da amostra do SICONV.

A UEPB juntamente com a Universidade do Estado da Bahia –UNEB, a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a Universidade de Pernambuco- UPE, lideraram o ranking de repasses de recursos e tiveram uma tendência crescente até o ano de 2014.

No ano de 2015, como mostra o gráfico 7, todas as principais Instituições de Ensino Superior em tela sofreram quedas de repasse de recursos por parte da União e seus concedentes. A partir de 2016 houve uma oscilação no comportamento dos repasses através das OBs para as principais IESs do Nordeste, porém, em sua maioria o montante transferido em 2016 e 2017 foram maiores que o cenário crítico de 2015. Esse fato pode ser observado melhor na tabela 03 – Valores dos montantes das OBs ano a ano.

Outro ponto que merece destaque é a posição da UEPB nesse ranking, o que confirma sua grande capacidade de captar recursos da União, ficando em segundo lugar dentre as IESs não federais da região nordeste, de acordo com os dados colhidos no portal SIGA Brasil.

Tabela 03 – Valores dos montantes das OBs ano a ano

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL OBs
UNEB	R\$ 11.687.942,03	R\$ 18.673.244,95	R\$ 25.316.128,70	R\$ 4.826.689,91	R\$ 12.362.061,23	R\$ 11.145.601,33	R\$ 84.011.668,15
UEPB	R\$ 4.181.620,36	R\$ 9.251.654,14	R\$ 19.923.715,12	R\$ 15.958.603,16	R\$ 7.376.847,82	R\$ 26.562.106,24	R\$ 83.254.546,84
FUESPI	R\$ 7.628.923,37	R\$ 6.942.956,99	R\$ 10.648.877,85	R\$ 3.136.694,31	R\$ 36.211.858,15	R\$ 4.121.341,75	R\$ 68.690.652,42
UPE	R\$ 9.126.357,55	R\$ 7.025.876,18	R\$ 10.663.365,32	R\$ 7.269.188,16	R\$ 1.835.955,95	R\$ 7.730.448,71	R\$ 43.651.191,87
UEMA	R\$ 9.380.237,85	R\$ 5.638.263,71	R\$ 2.490.297,00	R\$ 1.314.166,35	R\$ 5.476.105,11	R\$ 10.008.709,45	R\$ 34.307.779,47
UERN	R\$ 3.058.073,95	R\$ 5.970.655,92	R\$ 3.623.889,98	R\$ 898.939,80	R\$ 2.677.394,86	R\$ 6.471.370,70	R\$ 22.700.325,21
UEAL	R\$ 1.041.077,98	R\$ 642.084,48	R\$ 255.072,29	R\$ 39.904,10	R\$ 276.256,81	R\$ 34.183,87	R\$ 2.288.579,53

Fonte: Banco de dados SIGA Brasil portal do orçamento público federal- Pesquisa Documental (2018)

4.3 TVUs Para Universidade Estadual da Paraíba no Cenário de Crise

4.3.1 Convênios firmados

No período de corte da pesquisa, entre os anos de 2012 e 2017, foram firmados entre a Universidade Estadual da Paraíba- UEPB e diversos órgãos do governo federal 38 (trinta e oito) convênios e 01 (um) contrato de repasse. Desses, foram desembolsados no período recursos de 31 trinta e um convênios e ainda estão pendentes de ingresso de recursos os sete convênios restantes e o contrato de repasse, alguns deles atualmente se encontram com cláusulas suspensivas por pendências de documentação como termos de referências, escrituras, certidões, dentre outros, porém visando a urgências da captação dos recursos e dos seus benefícios para a instituição, a administração da Universidade está tomando as

providências cabíveis para dirimir as pendências existentes que resultam no atraso desses repasses.

No quadro 1 é possível observar os números de cada convênio firmado, bem como o órgão concedente do recurso e as datas de vigência, assinatura e publicação no DOU de cada um deles.

Quadro 1: Informações de cadastro dos convênios firmados

DATA ASSINATURA	DATA PUBLICAÇÃO	Nº CONVÊNIO	CONCEDENTE	INÍCIO VIGÊNCIA	FINAL VIGÊNCIA
06/07/12	11/07/12	769376	MINISTERIO DA EDUCACAO	07/07/2012	04/07/2017
06/07/12	27/07/12	771253	MINISTERIO DA SAUDE	06/07/2012	23/05/2018
07/12/12	10/12/12	774995	MINISTERIO DA EDUCACAO	10/12/2012	16/05/2016
10/12/12	12/12/12	774164	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	10/12/2012	07/02/2018
26/12/12	28/12/12	778541	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	26/12/2012	04/08/2015
27/12/12	31/12/12	778689	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	27/12/2012	24/10/2017
28/12/12	03/01/13	771241	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	28/12/2012	31/07/2016
28/12/12	31/12/12	778692	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	28/12/2012	30/10/2014
28/12/12	31/12/12	780568	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	28/12/2012	31/12/2017
28/12/12	03/01/13	780596	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	28/12/2012	30/07/2016
31/12/12	18/01/13	779416	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	31/12/2012	31/12/2017
31/12/12	17/01/13	779740	MINISTERIO DO ESPORTE	31/12/2012	16/12/2017
07/03/13	11/03/13	774870	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	07/03/2013	31/12/2015
12/09/13	13/09/13	782646	MINISTERIO DA EDUCACAO	12/09/2013	30/12/2017
02/12/13	20/12/13	787289	MINISTERIO DA SAUDE	02/12/2013	28/07/2018
20/12/13	10/01/14	787296	MINISTERIO DA SAUDE	20/12/2013	10/07/2020
20/12/13	10/01/14	787665	MINISTERIO DA SAUDE	20/12/2013	20/11/2018
21/12/13	10/01/14	792576	MINISTERIO DA SAUDE	21/12/2013	24/12/2019
30/12/13	15/01/14	790998	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	30/12/2013	22/10/2017
31/12/13	23/01/14	797781	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	31/12/2013	31/12/2017
19/02/14	21/02/14	787178	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	19/02/2014	30/06/2016
10/06/14	11/06/14	791689	MINISTERIO DA EDUCACAO	11/06/2014	30/04/2018
01/07/14	07/07/14	802425	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	01/07/2014	31/03/2015
19/12/14	22/12/14	807358	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	19/12/2014	17/12/2017
19/12/14	22/12/14	807206	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	19/12/2014	30/10/2017
12/11/15	18/11/15	817946	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	12/11/2015	30/04/2018
18/12/15	24/12/15	824036	MINISTERIO DA EDUCACAO	18/12/2015	13/12/2017
22/12/15	22/01/16	818186	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	22/12/2015	22/12/2017
29/12/15	15/01/16	824065	MINISTERIO DO ESPORTE	29/12/2015	15/03/2018
31/12/15	15/01/16	825682	MINISTERIO DA SAUDE	31/12/2015	02/10/2018
31/12/15	13/01/16	825885	MINISTERIO DA SAUDE	31/12/2015	02/10/2018
29/12/16	09/01/17	839100	MINISTERIO DA EDUCACAO	30/12/2016	21/09/2018
29/12/16	16/01/17	841179	MINISTERIO DA SAUDE	29/12/2016	24/05/2020
30/12/16	16/01/17	838115	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	30/12/2016	22/06/2018
30/12/16	16/01/17	838116	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	30/12/2016	22/06/2018
30/12/16	17/01/17	840751	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	30/12/2016	22/06/2018
05/06/17	08/06/17	839463	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	05/06/2017	31/12/2019
29/06/17	12/07/17	834299	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	29/06/2017	30/07/2020
15/09/17	26/09/17	843506	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	15/09/2017	31/12/2020

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Observa-se também que o tempo médio de vigência dos convênios celebrados no período é de 3,6 anos, ou seja, cerca de três anos e sete meses para executar todas atividades planejadas e utilizar seus recursos. (Ver quadro 2)

Quadro 2: Vigências dos convênios celebrados e com parcela de recursos já repassados

Nº CONVÊNIO	VIGÊNCIA EM ANOS	SITUAÇÃO
769376	5,0	Prestação de Contas em Análise
771253	5,9	Em Execução
774995	3,4	Prestação de Contas em Análise
774164	5,2	Em Execução
778541	2,6	Prestação de Contas enviada para Análise
778689	4,8	Aguardando Prestação de Contas
771241	3,6	Prestação de Contas enviada para Análise
778692	1,8	Prestação de Contas enviada para Análise
780568	5,0	Em Execução
780596	3,6	Prestação de Contas enviada para Análise
779416	5,0	Em Execução
774870	2,8	Prestação de Contas em Análise
782646	4,3	Em Execução
787289	4,7	Em Execução
787296	6,6	Em Execução
787665	4,9	Em Execução
792576	6,0	Em Execução
797781	4,0	Em Execução
787178	2,4	Prestação de Contas em Análise
791689	3,9	Em Execução
802425	0,8	Prestação de Contas em Análise
817946	2,5	Em Execução
824036	2,0	Em Execução
818186	2,0	Em Execução
824065	2,2	Em Execução
839100	1,7	Em Execução
841179	3,4	Em Execução
838116	1,5	Em Execução
839463	2,6	Em Execução
834299	3,1	Em Execução
843506	3,3	Em Execução

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

No quadro 3, logo abaixo, seguem as informações financeiras dos convênios estudados, seus valores globais, de repasse, contrapartida da universidade e os valores repassados até o momento pelos concedentes.

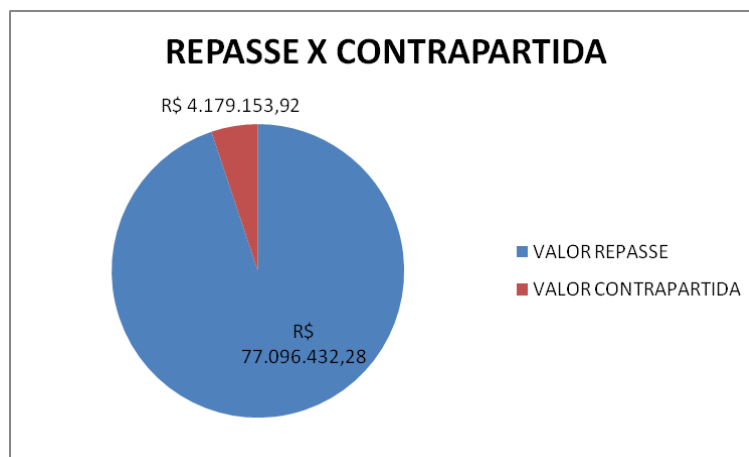
Quadro 3: Informações financeiras dos convênios firmados

ANO ASSINATURA	Nº CONVÊNIO	VALOR GLOBAL	VALOR REPASSE	VALOR CONTRAPARTIDA	VALOR DESEMBOLSADO CONCEDENTE
2012	769376	R\$ 519.137,38	R\$ 513.637,38	R\$ 5.500,00	R\$ 513.637,38
2012	771253	R\$ 3.685.000,00	R\$ 3.500.000,00	R\$ 185.000,00	R\$ 2.500.000,00
2012	774995	R\$ 1.515.151,52	R\$ 1.500.000,00	R\$ 15.151,52	R\$ 1.500.000,00
2012	774164	R\$ 1.080.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 949.000,00
2012	778541	R\$ 303.030,31	R\$ 300.000,00	R\$ 3.030,31	R\$ 300.000,00
2012	778689	R\$ 1.010.101,10	R\$ 1.000.000,00	R\$ 10.101,10	R\$ 500.000,00
2012	771241	R\$ 330.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 300.000,00
2012	778692	R\$ 976.100,00	R\$ 966.339,00	R\$ 9.761,00	R\$ 966.339,00
2012	780568	R\$ 1.011.148,71	R\$ 1.000.000,00	R\$ 11.148,71	R\$ 1.000.000,00
2012	780596	R\$ 1.515.343,63	R\$ 1.500.000,00	R\$ 15.343,63	R\$ 1.500.000,00
2012	779416	R\$ 155.000,00	R\$ 139.500,00	R\$ 15.500,00	R\$ 139.500,00
2012	779740	R\$ 7.972.540,05	R\$ 5.816.326,00	R\$ 2.156.214,05	R\$ -
2013	774870	R\$ 526.767,68	R\$ 521.500,00	R\$ 5.267,68	R\$ 521.500,00
2013	782646	R\$ 150.000,00	R\$ 148.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 148.500,00
2013	787289	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.425.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 1.425.000,00
2013	787296	R\$ 15.000.000,00	R\$ 14.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
2013	787665	R\$ 3.630.000,00	R\$ 3.448.000,00	R\$ 182.000,00	R\$ 3.448.000,00
2013	792576	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.614.000,00	R\$ 86.000,00	R\$ 1.614.000,00
2013	790998	R\$ 470.898,00	R\$ 450.000,00	R\$ 20.898,00	R\$ -
2013	797781	R\$ 476.467,00	R\$ 449.717,00	R\$ 26.750,00	R\$ 449.717,00
2014	787178	R\$ 471.593,00	R\$ 445.000,00	R\$ 26.593,00	R\$ 445.000,00
2014	791689	R\$ 1.580.510,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 80.510,00	R\$ 1.500.000,00
2014	802425	R\$ 361.921,92	R\$ 361.560,00	R\$ 361,92	R\$ 361.560,00
2014	807358	R\$ 315.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ -
2014	807206	R\$ 740.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ -
2015	817946	R\$ 687.995,47	R\$ 687.307,47	R\$ 688,00	R\$ 687.307,47
2015	824036	R\$ 702.922,42	R\$ 695.922,42	R\$ 7.000,00	R\$ 695.922,42
2015	818186	R\$ 254.120,24	R\$ 251.265,24	R\$ 2.855,00	R\$ 251.265,24
2015	824065	R\$ 447.920,00	R\$ 407.200,00	R\$ 40.720,00	R\$ 81.383,33
2015	825682	R\$ 16.904.990,35	R\$ 16.904.990,35	R\$ -	R\$ -
2015	825885	R\$ 9.058.304,71	R\$ 9.058.304,71	R\$ -	R\$ -
2016	839100	R\$ 561.245,63	R\$ 549.245,63	R\$ 12.000,00	R\$ 549.245,63
2016	841179	R\$ 3.328.016,00	R\$ 3.328.016,00	R\$ -	R\$ 500.000,00
2016	838115	R\$ 202.100,00	R\$ 200.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ -
2016	838116	R\$ 233.109,00	R\$ 230.609,00	R\$ 2.500,00	R\$ 230.609,00
2016	840751	R\$ 202.100,00	R\$ 200.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ -
2017	839463	R\$ 1.050.000,00	R\$ 1.039.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 207.900,00
2017	834299	R\$ 101.500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100.000,00
2017	843506	R\$ 545.552,08	R\$ 544.992,08	R\$ 560,00	R\$ 544.992,08

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

É possível observar que a soma do valor global de todos os convênios (repasso + contrapartida) alcançou o valor de R\$ 81.275.586,20 (oitenta e um milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), dos quais R\$ 77.096.432,28 (setenta e sete milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) são valores de repasse e R\$ 4.179.153,92 (quatro milhões, cento e setenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos) são contrapartida da instituição. Os recursos de oito convênios até o momento não foram repassados para UEPB e somam a quantia de R\$ 33.629.621,06 (trinta e três milhões, seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte e um reais e seis centavos).

Gráfico 8: Composição valores globais dos convênios firmados



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

No gráfico 9 observamos que, somados todos os recursos já repassados no período por meio de seus concedentes, a Universidade Estadual da Paraíba conseguiu captar o montante de R\$ 27.930.378,55 (vinte e sete milhões, novecentos e trinta mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e ingressou com o montante de R\$ 1.909.639,18 (um milhão, novecentos e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e dezoito centavos) como sua parte em contrapartida financeira, esse valor representa cerca de 6,8% em participação da Universidade em relação aos valores repassados pelos órgãos concedentes.

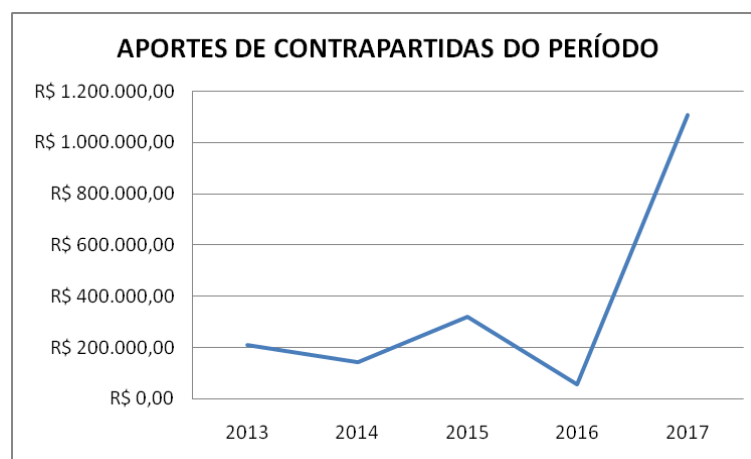
Gráfico 9: Composição valores globais dos convênios com valores já depositados



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Quando analisados todos os extratos bancários dos convênios da amostra do estudo no período, e detalhados ano a ano os valores de contrapartida, encontramos os dados descritos no Gráfico 10 – Aportes de Contrapartidas no Período. Nele é possível observar que grande parte dos recursos da contrapartida já depositada foi aportada no exercício de 2016, um montante equivalente a R\$ 1.107.942,38 (um milhão, cento e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos), esse valor corresponde a 57% do total da contrapartida aportada no período da pesquisa. Outro ponto que merece destaque é o crescimento de aporte desse tipo de recurso no ano de 2015, o que pode sugerir uma necessidade maior de participação do conveniente (UEPB) em um período em que os repasses da União tiveram seu pior desempenho no corte temporal em análise, 2012 a 2017.

Gráfico 10 – Aporte de Contrapartidas do Período



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2017)

4.3.2 Representatividades da UEPB no cenário de transferências voluntárias

Diante dos números até agora apresentados surge a necessidade de investigar a representatividade da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB no cenário das transferências voluntárias da União. Se for levada em consideração toda quantia repassada pela União, no corte temporal feito por esse estudo, para todos convenientes do Estado da Paraíba, a UEPB ocupa a 6ª colocação no ranking, fica à frente, por exemplo, de todas as prefeituras de todos os municípios do Estado (exceto o município de João Pessoa). Fica na frente, inclusive, do município sede de sua administração, Campina Grande, recebendo a mais que esse R\$ 6.569.284,55 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Quadro 4: Ranking dos 20 primeiros convenentes no período

CONVENENTE	VALOR DESEMBOLSADO	POSIÇÃO
ESTADO DA PARAIBA	R\$ 105.341.877,31	1
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA E DA DEFESA SOCIAL	R\$ 64.911.850,66	2
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	R\$ 48.198.124,62	3
SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO - SUPLAN	R\$ 37.872.171,36	4
MUNICIPIO DE JOAO PESSOA	R\$ 36.828.970,26	5
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	R\$ 27.930.378,55	6
MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE	R\$ 21.361.094,00	7
FUNDACAO NAPOLEAO LAUREANO	R\$ 11.303.296,74	8
FUNDACAO ASSISTENCIAL DA PARAIBA- FAP	R\$ 8.849.214,00	9
MUNICIPIO DE CABEDELO	R\$ 8.128.623,60	10
MUNICIPIO DE BANANEIRAS	R\$ 6.868.950,86	11
MUNICIPIO DE PATOS	R\$ 6.605.161,04	12
MUNICIPIO DE SAO BENTO	R\$ 6.355.000,00	13
FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO ESTADO DA PARAIBA - FAPES	R\$ 6.209.864,00	14
MUNICIPIO DE RIACHO DOS CAVALOS	R\$ 5.042.242,36	15
MUNICIPIO DE UIRAUNA	R\$ 4.834.327,62	16
MUNICIPIO DE CONCEICAO	R\$ 4.462.461,51	17
MUNICIPIO DE SOUSA	R\$ 4.206.835,83	18
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SES	R\$ 4.155.025,42	19
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DA PARAIBA EMATER-PB	R\$ 4.008.811,00	20

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

No ranking dos 244 (duzentos e quarenta e quatro) convenentes, que receberam alguma parcela de recurso, o governo do Estado ocupa o primeiro lugar com R\$ 105.341.877,31 (cento e cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos) desembolsados, seguido da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Humano, Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado – SUPLAN e do município de João Pessoa. Entre os cinco últimos colocados estão o Fundo Municipal de Saúde de Cabedelo, a CIA Boca de Cena, a Defensoria pública do Estado da Paraíba, a Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP e o município de Caaporã, com um valor desembolsado de R\$ 5.880,97 um valor aproximadamente 4749 vezes menor que o desembolsado para Universidade no período.

Quadro 5: Ranking dos cinco últimos convenentes do período.

CONVENENTE	VALOR DESEMBOLSADO	POSIÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABEDELO	R\$ 100.000,00	239
CIA BOCA DE CENA	R\$ 99.000,00	240
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA PARAIBA	R\$ 90.000,00	241
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITACAO POPULAR CEHAP	R\$ 38.527,73	242
MUNICIPIO DE CAAPORA	R\$ 5.880,97	243

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2017)

4.3.3 Concedentes

Já foi observado nesse estudo as quantias globais dos convênios firmados entre a União e a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, os valores repassados, os pendentes de repasse, os ingressos de contrapartida, porém, é válido destacar de onde esses valores estão sendo captados, quem são os responsáveis por transferir esses recursos à universidade.

Dos convênios que já tiveram alguma parcela de seus recursos já transferidos, foi o Ministério da Saúde o concedente que mais liberou verba para UEPB, o montante no período chegou a R\$ 13.487.000,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil reais), seguido do Ministério da Educação e seus R\$ 4.907.305,43 (quatro milhões, novecentos e sete mil, trezentos e cinco reais e quarenta e três centavos), do Fundo Nacional da Educação – FNDE com R\$ 4.796.948,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e oito reais), o gráfico 11, abaixo, lista todos os concedentes e seus valores.

Gráfico 11: Concedentes com alguma parcela já repassada



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Como já discutido na presente pesquisa, alguns dos convênios foram firmados possuem valores pendentes de repasse, nesse contexto, se levarmos em consideração esses valores, o Ministério da Saúde ainda deverá transferir R\$ 39.791.311,06 (trinta e nove milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e onze reais e seis centavos), o Ministério dos Esportes com a quantia de R\$ 6.142.142,67 (seis milhões, cento e quarenta e dois mil,

cento e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos) e o Fundo Nacional da Educação – FNDE R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais) como está definido no quadro 6.

Quadro 6: Valores pendentes de repasse por concedente

CONCEDENTE	REPASSE PENDENTE
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	R\$ 831.600,00
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	R\$ 2.350.000,00
MINISTERIO DA SAUDE	R\$ 39.791.311,06
MINISTERIO DO ESPORTE	R\$ 6.142.142,67
MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 51.000,00

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Se for analisado o peso da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB no universo de todos os repasses feitos para o Estado da Paraíba no lapso temporal da pesquisa, o índice de 4% é encontrado, ou seja, de todas as transferências feitas para todos os convenientes no Estado, a quantia destina à UEPB representa 4% do total. Em números são R\$ 27.930.378,55 (vinte e sete milhões, novecentos e trinta mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) em um total de R\$ 619.740.424,75 (seiscentos e dezenove milhões, setecentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Gráfico 12: Relação UEPB x Paraíba



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

4.3.4 Comparativo UEPB e demais universidades nordestinas.

Analisando todo volume de repasse de convênios firmados e operados exclusivamente via SICONV no período pelos órgãos concedentes às instituições de ensino superior do nordeste, foi verificado que a Universidade Estadual da Paraíba encontra-se em primeiro lugar

com seus R\$ 77.096.432,28 (setenta e sete milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), ficando a frente de instituições como a a Universidade Estadual da Bahia – UNEB e a Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Em último lugar no ranking encontra-se a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP com apenas R\$ 334.046,00 (trezentos e trinta e quatro mil e quarenta e seis reais).

Tal posição no ranking demonstra a boa capacidade da UEPB em captar recursos, com propostas bem elaboradas, coerentes com os editais publicados e projetos consistentes que se adequam aos requisitos dos órgãos concedentes. Esse montante atualmente é de suma importância para diversas atividades desenvolvidas pela instituição e tem um peso considerável no orçamento da universidade, por isso a importância de uma gestão eficiente, transparente e eficaz desses recursos pela instituição.

Quadro 7: Valores repasse órgãos concedentes à instituições de ensino superior do nordeste.

CONVENENTE	VALOR REPASSE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	R\$ 77.096.432,28
FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI FUESPI	R\$ 66.334.917,76
FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	R\$ 33.925.375,54
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	R\$ 30.848.146,61
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	R\$ 29.150.376,19
AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	R\$ 20.696.310,17
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN	R\$ 20.127.215,80
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS - UNCISAL	R\$ 19.765.347,74
FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA FUNECE	R\$ 17.539.647,40
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	R\$ 16.111.108,48
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	R\$ 8.435.148,94
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	R\$ 6.134.062,79
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	R\$ 2.281.257,33
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	R\$ 1.277.549,70
UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO	R\$ 334.046,00

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Se for levado em consideração o montante já repassado para as instituições nordestinas de ensino superior o quadro da Universidade Estadual da Paraíba ainda é bastante positivo. Nesse cenário ela encontra-se em segundo lugar com a quantia de R\$ 27.930.378,55 (vinte e sete milhões, novecentos e trinta mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) ficando apenas abaixo da Fundação Universidade Estadual Do Piaui – FUESPI, que já recebeu a quantia de R\$ 53.389.367,06 (cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e seis centavos), durante os anos de investigação dessa pesquisa (2012 a 2017).

Quadro 8: Valores de repassados às instituições de ensino superior do nordeste.

UNIVERSIDADE CONVENIENTE	VALOR DESEMBOLSADO
FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI FUESPI	R\$ 53.389.367,06
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	R\$ 27.930.378,55
FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	R\$ 24.346.699,41
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	R\$ 20.815.146,61
FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA FUNECE	R\$ 16.938.059,35
AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	R\$ 16.091.057,16
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	R\$ 12.511.438,34
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	R\$ 11.544.199,79
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN	R\$ 11.514.246,75
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	R\$ 5.879.247,89
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	R\$ 4.198.363,79
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS - UNCISAL	R\$ 3.028.462,91
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	R\$ 1.277.549,70
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	R\$ 857.557,33
UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO	R\$ 334.046,00

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

4.3.5 Destinação dos Recursos por Natureza de Despesa

Os recursos transferidos pela União aos seus convenientes devem ser utilizados estritamente de acordo com o plano de trabalho e atividades previamente aprovado pelo órgão concedente. Nesse sentido buscou-se investigar a destinação dos recursos transferidos para Universidade Estadual da Paraíba-UEPB no período em foco por esse estudo. Até o presente momento já foi possível fazer um levantamento da destinação dos recursos dos convênios firmados entre os anos de 2012 e 2017.

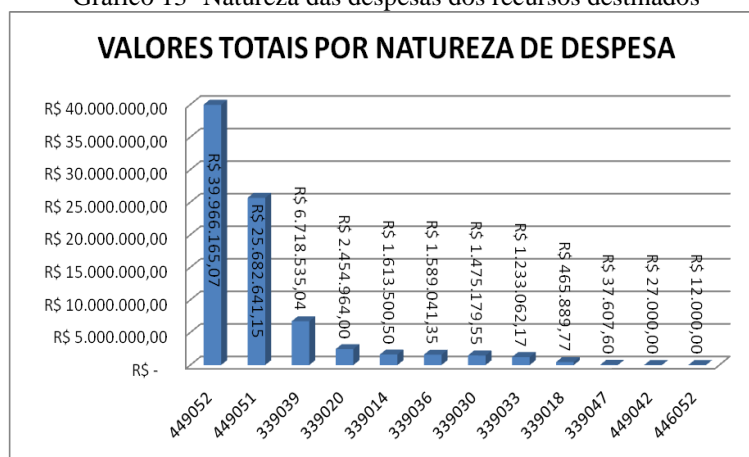
De todo montante celebrado nesse período, R\$ 39.966.165,07 (trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil, centos e sessenta e cinco reais e sete centavos) foram previstos para aquisição de material permanente, dentre eles diversos equipamentos de laboratório e maquinários para as diversas clínicas escola espalhados pelos campi da instituição, outro tipo de material permanente presente nos planos de trabalho estão os inúmeros equipamentos de informática para dá suporte às atividades dos projetos. Importante ressaltar que ao fim das vigências dos convênios a grande maioria desses equipamentos continua sendo utilizada pela Universidade perdurando assim seus benefícios para outras atividades desenvolvidas.

Em segundo lugar no ranking de natureza dos recursos está a natureza 449051, que se refere à obras previstas nos planos de trabalho de alguns convênios. Como exemplo, podemos citar a construção de uma unidade de complexo industrial da saúde e a construção de uma pista de atletismo OFICIAL em piso sintético com 08 raias – área total estimada de 6.300,00 m², contendo áreas de salto em altura, salto em distância, salto triplo, lançamento de martelo,

lançamento de disco, lançamento de dardo, arremesso de peso. Além da construção de uma biblioteca para abrigar o acervo bibliográfico existente na instituição. Para essas e demais obras previstas em planos de trabalho aprovados foram destinados R\$ 25.682.641,15 (vinte e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e quinze centavos).

Em terceiro lugar está a contratação de serviço de pessoa jurídica, nele estão inclusas despesas como o fornecimento de alimentação pelo serviço terceirizado do restaurante universitário da instituição, serviços de manutenção de equipamentos de laboratórios, aluguel de residências universitária e aluguel de ônibus e microônibus para as mais diversas atividades dentro da instituição.

Gráfico 13- Natureza das despesas dos recursos destinados



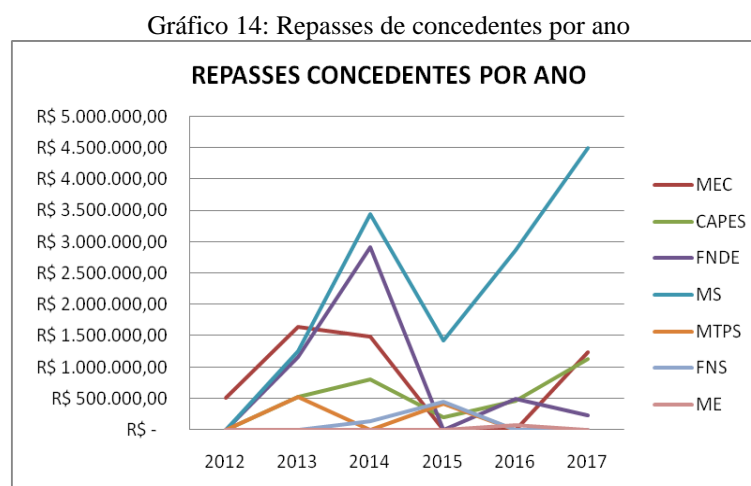
Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Com despesas de passagens aéreas (nacionais/internacionais) e urbanas R\$ 1.233.062,17 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, sessenta e dois reais e dezessete centavos) foram autorizados e R\$ 1.613.500,50 (um milhão, seiscentos e treze mil, quinhentos reais e cinquenta centavos) liberados para auxílio de diárias. Tais gastos são para dar suporte para professores e alunos participarem de eventos, congressos, missões de pesquisa, no Brasil e em ao redor do mundo, isso faz com que atividades desenvolvidas pela UEPB sejam disseminadas para comunidade científica e permite uma importante qualificação para o corpo docente e discente da instituição.

Ainda merecem destaque os montantes destinados aos auxílios pesquisadores e auxílios estudantes, que se referem às mais diversas bolsas para o desenvolvimento e acompanhamentos de projetos e atividades nas mais diversas áreas de pesquisa, ensino e extensão, além de assistência estudantil. Para esse fim foram previstos R\$ 2.454.964,00 (dois

milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais) em bolsas para pesquisadores e R\$ 465.889,77 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos) em bolsas para estudante. Esse tipo de auxílio estimula sobremaneira a produção do conhecimento e o desenvolvimento de atividades que impactam positivamente toda rede social envolvida pela universidade.

Por fim, devemos citar as atividades de serviços de pessoa física que somam o montante de R\$ 1.589.041,35 (um milhão, quinhentos e oitenta e nove mil e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), grande parte referente ao pagamento de diárias eventuais, aquelas destinadas à pessoas sem vínculo com a instituição, a exemplo de professores externos para participar de bancas, congressos, simpósios, dentre outros.



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Analisando os montantes repassados por concedente a cada ano do período em estudo, podemos destacar a tendência de crescimento entre eles no período dos anos de 2012 a 2014, protagonizando essa alta o Ministério da Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação–FNDE, alcançando em 2014 a soma de R\$ 3.448.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais) e R\$ 2.906.339,00 (dois milhões, novecentos e seis mil, trezentos e trinta e nove reais) respectivamente.

Já em 2015 os repasses sofreram queda na maioria dos concedentes da amostra, acompanhando a tendência de queda de transferências de recursos no período da pesquisa. Dos sete concedentes, quatro tiveram seus repasses diminuídos (MEC/CAPES/FNDE/MS), o ministério dos esportes se manteve estável sem repasse e apenas dois aumentaram o volume de transferências no ano, o Fundo Nacional de Saúde e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

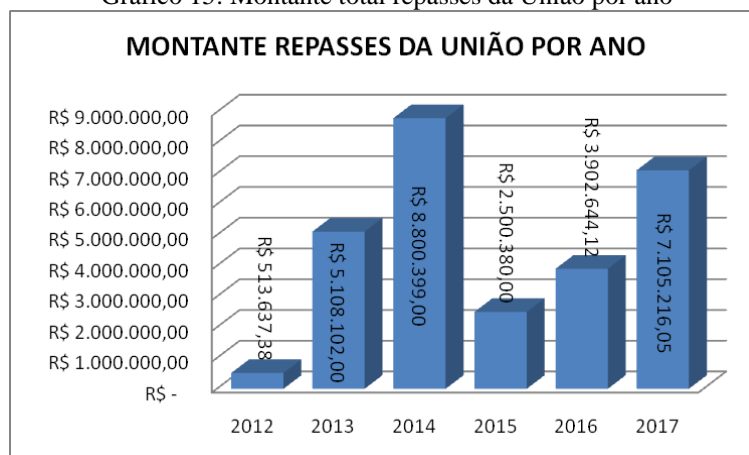
A partir de 2016 a tendência de transferências novamente se inverte e o crescimento dos repasses da União é alavancado por concedente como o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O Ministério da Saúde, por exemplo, alcança o maior nível de repasse de recurso da União no período em 2017, com o montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Ao somar os valores repassados por cada concedente em cada ano do período em estudos chegamos ao resultado demonstrado pelo Gráfico 15 – Montantes Repasses da União por ano. Nele fica claro o forte crescimento das transferências entre 2012 e 2014, alta de aproximadamente 1613%, passando do valor de R\$ 513.637,38 (quinhentos e treze mil, seicentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) para o montante de R\$ 8.800.399,00 (oito milhões, oitocentos mil, trezentos e noventa e nove reais).

No ano de 2015 ocorreu uma queda de cerca de 71,59% nas transferências da União em relação ao ano anterior e o montante repassado atinge apenas R\$ 2.500.380,00 (dois milhões, quinhentos mil, trezentos e oitenta reais).

A partir de 2016 o montante de repasses da União voltou a ter uma tendência de crescimento. Em 2016 aumentou em aproximadamente 56,08% com relação ao ano de 2015 e em 2017 cresceu 82,06% com relação ao ano anterior, alcançando patamares próximos ao seu melhor ano no tocante a transferências voluntárias, o ano de 2014.

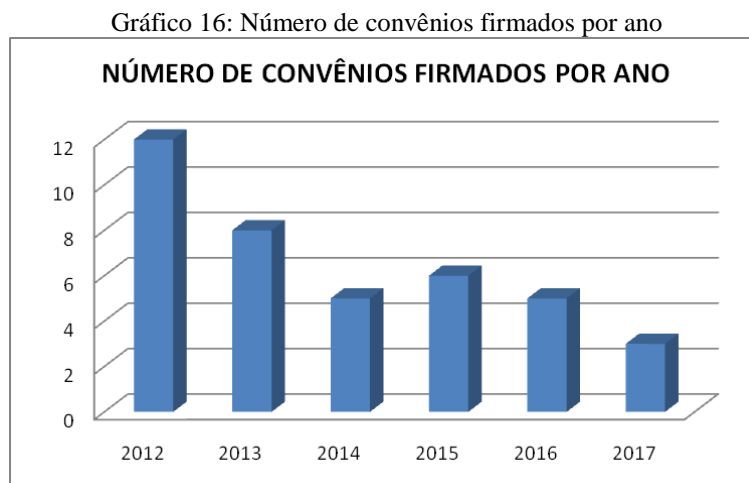
Gráfico 15: Montante total repasses da União por ano



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

O Gráfico 16 – Número de convênios firmados por ano nos apresenta uma tendência de queda no número absoluto de convênios firmados entre a Universidade Estadual da

Paraíba- UEPB e seus concedentes, no decorrer dos anos da presente pesquisa. Esse indicador passou de 12 (doze) convênios em 2012 para apenas 3 (três) em 2017.



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Se olharmos esse dado no detalhe, podemos identificar que o principal fator de impacto para a redução do número de convênios firmados foi a queda na participação em números absolutos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em 2012, por exemplo, só ele foi responsável por metade de todos os convênios assinados no ano, sendo o concedente de 6 (seis) dos 12 (doze) convênios assinados no ano. No entanto é o próprio FNDE que ocupa o primeiro lugar entre os concedentes, quando levamos em consideração o número absoluto de convênios firmados entre os anos de 2012 e 2017 com um total de 12 (doze) convênios, seguido pela CAPES e o Ministério da Saúde cada um deles com 8 (oito), o Ministério da Educação com 6 (seis), o Ministério dos Esportes e o Fundo Nacional de Saúde com 2 (dois) convênios cada e por último o Ministério do Trabalho e Previdência Social com apenas um convênio assinado no período, totalizando os 39 (trinta e nove) convênios da amostra.

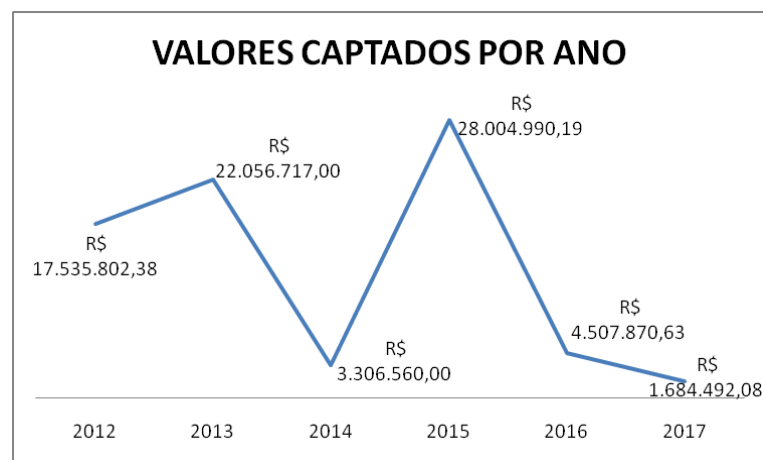
Tabela 4: Número de convênios por concedente

CONCEDENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017
MEC	2	1	1	1	1	0
MS	1	4	0	2	1	0
MTPS	1	0	0	0	0	0
FNDE	6	1	2	0	3	0
CAPES	0	1	2	2	0	3
ME	1	0	0	1	0	0
FNS	1	1	0	0	0	0
TOTAL	12	8	5	6	5	3

Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Quanto aos valores dos montantes captados pela UEPB no período, não é possível identificar um padrão no Gráfico 17 – Valores captados por ano. Em três dos seis anos em tela (2012, 2013 e 2015) é possível observar uma captação de recurso acima de quinze milhões de reais, nos demais anos (2014, 2016 e 2017), porém, o que se observa é uma captação bem menor e abaixo dos cinco milhões de reais. Importante lembrar nesse momento que recurso captado nem sempre é repassado em sua totalidade no ano de sua assinatura, bem como em alguns casos, pode não ser repassado parcialmente ou em totalidade. Recursos captados não podem ser considerados líquidos e certos de repasse.

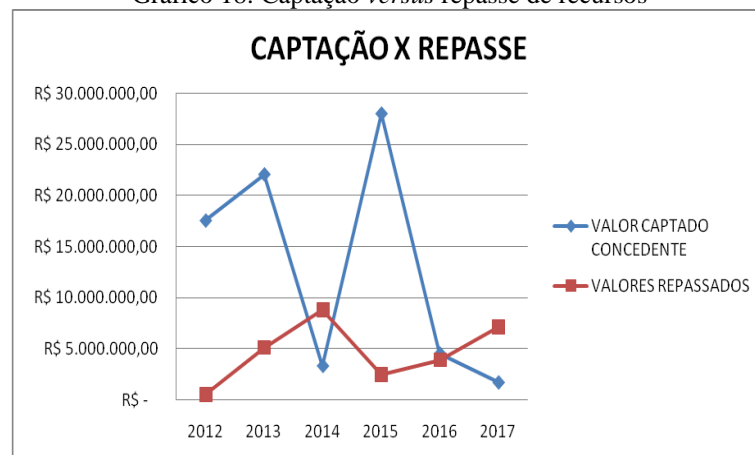
Gráfico 17: Valores captados por ano



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

Ao analisarmos o gráfico resultante do confronto entre recursos captados por meio de novos instrumentos de repasse e os valores efetivamente repassados pela União no período, podemos destacar alguns pontos importantes.

Gráfico 18: Captação *versus* repasse de recursos



Fonte: Banco de dados portal de convênios do governo federal - Pesquisa Documental (2018)

O primeiro deles é a linha crescente de repasse de recursos entre os anos de 2012 e 2014, tendo seu ápice nesse último ano, chegando ao valor de R\$ 8.800.399,00 (oito milhões, oitocentos mil e trezentos e noventa e nove reais), somados os valores repassados por todos seus concedentes. É válido ressaltar nesse momento o fato de 2014 ser um ano eleitoral, fato esse que pode ter forte influência sobre os repasses da União, como bem aborda Soares & Melo (2016).

Pode-se esperar ainda que anos eleitorais tenham comportamento distinto dos demais. Em anos eleitorais para o Executivo nacional, o presidente pode despende mais esforços para fortalecer sua base eleitoral, destinando mais recursos a municípios que concentram seus eleitores. Ou, muito pelo contrário, enviar mais recursos aos municípios que concentram eleitores da oposição, buscando conquistar seus votos. (SOARES & MELO, 2016, p.553)

O segundo ponto a ser destacado é a brusca queda dos repasses no ano de 2015 para o valor de R\$ 2.500.380,00 (dois milhões, quinhentos mil, trezentos e oitenta reais). A ressalva nesse caso é válida, já que 2015 foi considerado o pior ano da crise em estudo, quando a recessão econômica alcançou seu maior nível na crise, e ano em que os maiores cortes orçamentários foram feitos no intuito de equilibrar as contas do governo.

É possível perceber também uma forte discrepância entre os valores captados e repassados pela União no ano de 2015. O fato se deu pela assinatura de dois convênios (convênio nº 825682 e convênio nº 825885) firmados com o Ministério da Saúde, tendo como objeto a aquisição de equipamentos e material permanente para o desenvolvimento, qualificação, inovação e produção de tecnologias estratégicas para o SUS. Juntos eles correspondem ao valor de R\$ 25.963.295,06 (vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e seis centavos) o que equivale a 92,70% do montante captado em 2015. No entanto, até o final do ano de 2017, nenhum recurso foi repassado para UEPB por meio desses dois convênios.

Por fim, podemos dar enfoque à linha crescente de repasses de recursos após 2015. Mesmo com a captação de recursos se mantendo em patamares mais baixos, percebe-se que a União conseguiu aumentar seu nível de repasse de recursos dos convênios firmados no período da pesquisa até o ano de 2017, em aproximadamente 184%, com relação ao ano de 2015.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo investigar, através de um estudo de caso de caráter descritivo e exploratório, os reflexos da crise econômica enfrentada pelo Brasil, principalmente a partir do ano de 2015, no repasse de recursos das Transferências Voluntárias da União (TVUs) para a Universidade Estadual da Paraíba –UEPB.

As principais fontes de dados que alimentaram essa pesquisa foram o portal de convênios do governo federal, o SICONV, e o portal do orçamento federal – SIGA Brasil. Portais que, seguindo o fundamental preceito da transparência pública, dispõem de uma enorme gama de dados sobre a execução dos recursos públicos. Neles foram coletadas a maior parte das informações que embasaram os resultados encontrados no estudo.

Porém, antes de coletar os dados foi necessário um aprofundamento sobre a teoria e os estudos já realizados sobre o tema de transferências voluntárias da União, para que eles pudessem servir de base para interpretação dos dados e como um norte para pesquisa.

O passo seguinte foi entender o conceito de crise e verificar se realmente o Brasil havia passado uma crise econômica no período. Buscando informações oficiais em órgão como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, Tesouro Nacional e até mesmo recortes da imprensa no período, ficou evidenciado que, de fato, o Brasil enfrentou uma crise econômica no período em tela da pesquisa. Os principais indicadores econômicos como o produto interno bruto – PIB, taxa de desemprego, resultados de receitas e despesas do tesouro, mostraram que entre os anos de 2015 e 2016 foi instaurada no país uma das mais importantes crises econômicas dos últimos vinte anos.

Partindo da constatação do período de crise econômica e antes de investigar seu impacto nos repasses de recursos voluntários da União para a Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, se fez necessário averiguar primeiramente os reflexos da crise no ambiente macro em que a UEPB faz parte, o de instituição de ensino superior não federal que está inserida de forma mais contundente no contexto orçamentário vinculado a educação e suas ações/programas e de onde vem a maior parte dos recursos transferidos para o desenvolvimento das atividades da instituição.

Os grandes achados nesse momento da pesquisa foram a constatação dos cortes orçamentários na área da educação para a transferências de recursos para os Estados e Distrito Federal, bem como do montante de recursos efetivamente repassados no período, tendo seu pior momento em 2015, ano de maior aprofundamento da crise econômica. Quando se

verificou esse resultado mais detalhadamente, através dos dados referentes às ações mais relacionadas às instituições de ensino superior como, por exemplo, a assistência estudantil, concessão de bolsas para alunos de IESs e fomento a ensino pesquisa e extensão, também foram identificados cortes irregulares nos orçamentos desses tipos de ação, porém o que ficou mais fortemente evidenciado foram os baixos níveis de recursos efetivamente repassados para as IESs dos Estados e DF no pior ano da crise econômica recente, a saber 2015. Importante destacar a tendência de recuperação na maioria dos casos a partir de 2016, em consonância com os dados de recuperação econômica do período.

Aproximando-se ainda mais da realidade da amostra escolhida para a pesquisa, buscou-se no SIGA – Brasil dados que pudessem descrever o cenário das TVUs nas Instituições de Ensino Superior não Federais na região nordeste. Nesse momento foi investigado o montante anual de ordens bancárias da União para esse grupo de convenentes entre os anos de 2012 e 2017, por meio de quaisquer concedentes. Nesse contexto foi possível já identificar que a Universidade Estadual da Paraíba sempre figura entre os principais convenentes de seu grupo, juntamente com a Universidade do Estado da Bahia, a Universidade de Pernambuco e a Universidade do Estado do Piauí. Mais uma ficou claro o ponto crítico de repasses para o grupo no ano de 2015 e a tendência de recuperação na maior parte dele a partir de 2016, voltando a patamares mais confortáveis em 2017.

Com o aprofundamento na teoria e com os dados anteriores colhidos e já capazes de descrever o ambiente macro do objeto da presente pesquisa, foi possível dar início a coleta e análises dos dados da amostra escolhida para essa pesquisa, a saber: todos os instrumentos de repasse de recursos voluntários da união para a Universidade Estadual da Paraíba entre os anos de 2012 (ano inicial da nova matriz econômica -NME) e 2017, operados via portal dos convênios federais –SICONV. O que se encontrou nesse momento da pesquisa foi uma semelhança no comportamento da UEPB com o grupo a que pertence e com os dados colhidos sobre o período de crise. Não foi possível identificar categoricamente que a crise impactou na captação desse tipo de recursos para a instituição, mas mais uma vez ficou claro que 2015 foi o pior ano da série histórica estudada no tocante aos recursos de fato repassados, percebe-se também uma disposição de melhora nesse tipo de repasse a partir de 2016.

Ainda assim dados positivos puderam ser observados, por exemplo, a comprovação da excelente posição da UEPB no volume de recursos captados e repassados pela União tanto em relação ao grupo de IESs em que se encontra, quanto quando comparada aos demais convenentes do Estado da Paraíba. Tais recursos são de fundamental importância para o andamento adequado das atividades de ensino, pesquisa e extensão da organização, pois por

meio deles é que são adquiridos os mais diversos tipos de equipamentos capazes de prover uma melhor capacidade de ensino e pesquisa além de uma melhor estrutura física para a instituição. São esses recursos, também, um dos principais responsáveis pela concessão de bolsas, auxílios e assistência estudantis e compras de materiais de consumo, que vão desde papel para atividades rotineiras até reagentes para os mais diversos laboratórios espalhados pelos *campi* da UEPB.

É possível afirmar que a pesquisa atingiu seus objetivos geral e específicos pois, por meio do seu percurso metodológico, conseguiu colher os dados e, à luz da teoria já existente, gerar as informações necessárias para contextualizar como se deram as TVUs da área da educação para as IESs no período e o comportamento da Universidade Estadual da Paraíba nesse grupo, além de descrever de forma detalhada os recursos transferidos para a instituição no tocante a sua origem, destinação, volume, e investigando e relatando os impactos da crise econômica do período sobre esses repasses. Com isso, foi possível escrever um trabalho que poderá servir de material de consulta e informação para os gestores da organização.

No entanto, é válido destacar aqui a principal dificuldade encontrada durante a presente pesquisa. Um dos processos mais críticos foi a revisão bibliográfica desse estudo, pois é notória a falta de referencial teórico sobre o tema estudado (TVUs), principalmente quando afunilamos esse assunto para as Instituições de Ensino Superior, pouco existe de produção científica acerca do tema proposto, isso inclusive compromete de certa maneira a discussão dos resultados encontrados, dando a eles um caráter predominantemente descritivo.

O que se espera desse trabalho é que a pesquisa realizada provoque reflexões científicas, sirva de estímulo para a produção de mais estudos sobre o tema, que é tão rico e importante dentro da sua área, por exemplo, estudos sobre como esses recursos repassados são executados, a eficiência da gestão desses recursos transferidos, etc. E por fim, que as informações aqui contidas de alguma forma consigam gerar retorno para a sociedade que deve ser priorizada sempre como a principal beneficiária de qualquer pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no Curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ANDERSON, George. **Federalismo: uma introdução**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BARBOSA FILHO, F. de H. **A crise econômica de 2014/2017**. In: Revista Estudos Avançados, 31 (89). São Paulo, 2017.
- BARROS, A. J. S. B.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.
- BRASIL, **Decreto Federal nº 6.170, de 25 de Julho de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 25 Julho de 2007. p.1.
- BRASIL, **Instrução Normativa STN nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 1997**. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 15 Janeiro de 1997. p.1.
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Curso Elaboração de Projetos Sociais e SICONV (Da Proposta à Prestação de Contas)**. Brasília: [s. n.], 2014.
- BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros repasses**. 4. Ed. Brasília, 2013.
- BRASIL, Tesouro Nacional. **Estados e Municípios: Transferências Voluntárias**. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp
Acesso em 10/10/2017.
- LONGARAY, A. A. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- COSTA, C. C. M. et al. **Fatores associados às transferências voluntárias da união para os Estados brasileiros**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD ENANPAD, 35. , 2011, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2011.

ESTADÃO. **No ano do lema ‘Pátria Educadora’, MEC perde R\$ 10,5 bi, ou 10% do orçamento.** Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,no-ano-do-lema-patria-educadora--mec-perde-r-10-5-bi--ou-10-do-orcamento,1817192>. Acesso em: 28/04/2018.

MANCEBO, Deise. **Crise Político-Econômica No Brasil:Breve Análise Da Educação Superior.** Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, n.141, pp.875-892. Epub June 22, 2017. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176927>.

MARRAMACO, Constantino. **Convênio como instrumento de descentralização da administração pública.** Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15626/000678204.pdf?sequence=1>. Acesso em 11/10/2017.

MARTINS, R. B. **Metodologia Científica.** Curitiba: Juruá, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

NOGUEIRA, Erico Ferrari. **Direitos e deveres fundamentais no convênio administrativo.** Osasco, 2010. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/direitos_e_deveres_fundamentais_no_convênio_administrativo.pdf Acesso em 15/10/2017.

PORTAL G1. **Moody's tira grau de investimento do Brasil.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/02/moodys-tira-grau-de-investimento-do-brasil.html>. Acesso em: 30/04/2018

PRESTES, E.M.T.; SOUSA JUNIOR, L. de. **Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal.** In: Revista Educação em Questão. v.55, n.46. Natal, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p. ISBN: 8522421110.

Rossi, P. & Mello, G. (2017) **Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré.** Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP: Nota do Cecon, n.1, abril de 2017.

SOARES, M. M., & MELO, B. G. De. (2016). **Condicionantes políticos e técnicos das**

transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. Revista de Administração Pública, 50(4), 539–561.

SOUZA, C. O. Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais. 105f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/>. Acesso em 10/10/2017.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.